

CCI

Caminhando com o Itepa



Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023

Evangelho e cultura urbana

Ano XXXVI, nº 127, Nov. 2019 ISSN: 1677-860X

Imagem da Capa: Imagem de Free-Photos por Pixabay.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

C183

Caminhando com o Itepa , vol.1, n.1(1984-) / Instituto de Teologia e Pastoral. Passo Fundo: ITEPA, 1984 -v. Ano XXXVI- n°127, Nov./ 2019. Quadrimestral.

ISSN:1677-860X

1.Teologia -Periódicos I. Instituto de Teologia e Pastoral-ITEPA

Catálogo na fonte: Bibliotecária Clarice Fonseca da Silva CRB 10/2141

©2019, CCI, Caminhando Com o Itepa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada em qualquer sistema ou transmitida, por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos, mecânico, fotocopiado por outra qualquer) sem a prévia permissão por escrito dos diretores da Revista Caminhando Com o Itepa.

Diretoria do Itepa

Ms. Pe. Ivanir Antônio Rodighero – Diretor Executivo
Ms. Selina Maria Dal Moro – Vice-Diretora Executiva
Dr. Pe. Clair Favreto – Administrador – Tesoureiro
Ms. Pe. Jair Carlesso – Secretário

Diretoria da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – Itepa Faculdades

Ms. Pe. Ivanir Antônio Rodighero – Diretor
Ana Lucia Alves de Oliveira – Secretária

Conselho Editorial

Dr. Dom Leomar Antônio Brustolin
Dr. Claudio Almir Dalbosco
Dr. Frei Luis Carlos Susin
Dr. Pe. Ivanir Rampon
Dr. Pe. Clair Favreto
Dr. Pe. Leo Konzen
Dr. Pe. José André da Costa
Ms. Pe. Jair Carlesso
Dra. Maristela Dal Moro
Ms. Selina Maria Dal Moro

Coordenação da Revista

Ms. Selina Maria Dal Moro – Professora Referencial
Ms. Pe. Ari Antônio dos Reis – Professor Referencial

Apoio técnico e Revisão

Dr. Pe. Clair Favreto
Ms. Selina Maria Dal Moro
Ms. Pe. Ivanir Antônio Rodighero
Ms. Pe. Ari Antônio dos Reis
Edimar Scopel – Diagramação

Secretariado Geral

Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – Itepa Faculdades
Revista Caminhando Com o Itepa – CCI
Rua Senador Pinheiro, 350
Vila Rodrigues, Passo Fundo – RS – CEP: 99070-220
E-mail: revista@itepa.com.br
Site: www.itepa.com.br/revista-cci
Fone: (54) 3045 6272

SUMÁRIO

Editorial.....	7
Caminho das Diretrizes Gerais para a Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.....	13
<i>Dr. Dom Leonardo Ulrich Steiner</i>	
A importância das Diretrizes Gerais para o planejamento pastoral.....	27
<i>Dr. Pe. José Adalberto Vanzella</i>	
Comunidades eclesiais missionáriasum retorno às fontes.....	35
<i>Leonardo Envall Diekmann e Ms. Adriano André Maslowski</i>	
As Diretrizes Gerais e a ação sócio-transformadora da Igreja no Brasil.....	63
<i>Pe. Nelito Nonato Dornelas</i>	
Sínodo para a Amazônia Desafios e perspectivas para a construção de novos caminhos.....	77
<i>Rodrigo Fadul Andrade</i>	
“A Palavra do Senhor permanece para sempre” (1Pd 1,25) O sentido dos passos da Leitura Orante da Bíblia.....	93
<i>Ms Pe. Jair Carlesso</i>	

EDITORIAL

Estimados leitores da “Revista Caminhando com o Itepa”, temos a alegria de apresentar a terceira edição deste ano de 2019. Os textos priorizam estudos e reflexões sobre as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil propostas para o quadriênio 2019-2023.

Na missão primeira de evangelizar, a Igreja no Brasil tem uma longa tradição na busca de caminhos para encontrar saídas aos desafios postos em cada época. Assim, em 1915 foi apresentado o projeto intitulado Pastoral Coletiva, construído a partir de reuniões do Episcopado das regiões sul e sudeste, como resposta aos desafios oriundos da separação Igreja/Estado, no advento da Proclamação da República. Nesse novo cenário em que se cruzavam visões de mundo embasadas em enfoques teórico-filosóficos diversos, se fazia necessário encontrar alternativas para a evangelização em um país territorialmente imenso e culturalmente complexo.

Após proposição do Papa João XXIII e com foco na otimização de recursos humanos e materiais, foi apresentada uma segunda proposta para a evangelização. O Plano de Emergência foi instituído com o objetivo de potencializar a ação evangelizadora em todo o território brasileiro a partir de quatro eixos: renovação das paróquias; renovação do ministério sacerdotal; renovação dos educandários católicos; introdução a uma pastoral de conjunto. Este plano foi aprovado no ano de 1962 na V Assembleia do Episcopado brasileiro.

No ano de 1965 elaborou-se outra proposta voltada ao planejamento da evangelização de uma forma mais ampla e participativa. O Concílio Vaticano II havia sido concluído e despontava o desafio de atender, em solo brasileiro, as orientações derivadas desse Conclave. Adotou-se a metodologia do Plano de Pastoral de Conjunto - PPC aproveitando, em

diálogo com os principais documentos aprovados, as proposições do Concílio Vaticano II. A metodologia do Plano de Pastoral de Conjunto, numa constante insistência sobre a responsabilidade eclesial dos batizados, vigorou até 1975.

Em 1975 a Igreja passou a propor uma metodologia de trabalho mais flexível para as Igrejas particulares. Buscou-se a unidade em nível nacional através das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, deixando-se a definição dos planejamentos para os regionais e as dioceses, apoiados por planos bienais.

Compreende-se que as diretrizes são acolhidas como uma orientação mais ampla, a serem completadas, nos regionais e dioceses, pelo trabalho de planejamento condizente com as realidades locais. Desde então tem-se como orientação para o caminho da Igreja na ação evangelizadora essas Diretrizes Gerais. Tal caminho de evangelização se faz mais preciso através dos processos de planejamento e elaboração de planos a partir de cada realidade.

As Diretrizes Gerais da Ação Pastoral guiaram a Igreja no Brasil até o ano de 1994. A partir de 1995 mudou a expressão para Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. A expressão *Ação Pastoral* é substituída para *Ação Evangelizadora*. Esta expressão é usada até os dias atuais.

Neste quadriênio das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, o texto contempla as urgências presentes no projeto passado (2015-2019), contudo assumidas em outra perspectiva. Compreende a Igreja como comunidade de fé que se estrutura sobre quatro pilares: casa da palavra, casa do pão, casa da caridade e casa da ação missionária.

Dialogando com este processo histórico, que foi de fundamental importância para a missão da Igreja no Brasil, esta 3ª edição da revista “Caminhando com o Itepa” está integrada

por textos e reflexões que abordam aspectos basilares das Diretrizes 2019-2023.

Dom Leonardo Ulrich Steiner, secretário geral da CNBB de 2011 a 2019, bispo auxiliar de Brasília, revisita o processo de elaboração das Diretrizes e sistematiza a trajetória realizada com o artigo: “Caminho das diretrizes gerais para a ação evangelizadora da Igreja no Brasil”. A riqueza do texto de Dom Leonardo incide, sobretudo, sobre o processo participativo que agrega ao trabalho dos Bispos de pensar a evangelização no Brasil, um diálogo permanente com os diferentes segmentos da Igreja.

José Adalberto Vanzela, doutor em Teologia Pastoral e presbítero da diocese de Taubaté, colabora com uma profunda reflexão sobre a relação entre as Diretrizes e os planejamentos pastorais em nível de regionais da CNBB, dioceses e paróquias. Nesta perspectiva, Vanzela, tendo como referência o país, propõe princípios pastorais a partir das diretrizes e atribui aos regionais, dioceses e paróquias a responsabilidade de um planejamento dialogante com as especificidades locais, garantindo, assim, o compromisso de todos os agentes de pastoral com a pastoral de conjunto. Contribui na reflexão com o artigo: “A importância das diretrizes gerais para o planejamento pastoral”.

Um dos desafios da missão da Igreja na atualidade consiste no diálogo com a cultura urbana moderna. O texto das Diretrizes propõe subsidiar as Igrejas particulares para que enfrentem este desafio de forma definitiva e a partir do compromisso evangelizador. O artigo escrito pelo doutorando em Filosofia Pe. Adriano André Maslowski e o acadêmico de Teologia do Instituto Missioneiro de Teologia Leonardo Envall Diekman intitulado: “Comunidades eclesiais missionárias: um retorno às fontes: estudo a partir das diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)”, retoma o

caminho histórico das comunidades eclesiais como instâncias irradiadoras de um processo evangelizador compreendendo que esta mesma iniciativa pode se revelar promissora nos tempos atuais.

As diretrizes carregam como transversalidade a dimensão sócio-transformadora acolhendo a orientação do Papa Francisco na Exortação *Evangelii Gadium* na qual afirma que o querigma possui inevitavelmente um conteúdo social. No coração do próprio Evangelho aparece a vida comunitária e o compromisso com os outros (EG 177). O texto das diretrizes fala da comunidade também como a casa da caridade. A partir desta compreensão explicita-se a dimensão sócio-transformadora da missão evangelizadora, pois rezar e servir, amar e contemplar são realidades indispensáveis para o discípulo e a discípula de Jesus Cristo. O Pe. Nelito Dornelas, presbítero da diocese de Governador Valadares - MG e assessor das pastorais sociais do regional Leste II, contribui nesta reflexão com o artigo: “As diretrizes gerais e a ação sócio-transformadora da Igreja no Brasil”.

Achou-se oportuno apresentar uma reflexão sobre o Sínodo da Amazônia, ocorrido neste ano de 2019. Rodrigo Fadul, doutor em antropologia social pela Universidade Federal do Amazonas e assessor da Rede Eclesial Pan Amazônica, subsidia o leitor para a compreensão da importância deste Sínodo, não só para a região Amazônica, mas para a Igreja universal e para toda sociedade. O próprio título do artigo, que também foi do Sínodo, sugere este novo horizonte: “Sínodo para a Amazônia: desafios e perspectivas para a construção de novos caminhos”.

O artigo de autoria do Pe. Jair Carlesso, especialista em Sagrada Escritura e professor da Itepa Faculdades, sobre a Leitura Orante da Bíblia encerra o conjunto dos artigos desta edição. Este artigo intitulado “A Palavra do Senhor permanece para sempre” (1Pd 1,25): o sentido dos passos da Leitura Orante

da Bíblia”, foi proposto para estudo e reflexão sobre a Bíblia em paróquias da Arquidiocese de Passo Fundo. Dialoga com a perspectiva da Igreja latino-americana e caribenha que assume o projeto da animação bíblica da vida e da pastoral e também com a palavra das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023, tema central desta revista.u

CAMINHO DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL

“Ide, ... ensinai-lhes a observar tudo o que vos tenho ordenado”

(Mt 28,19-20).

*Dr. Dom Leonardo Ulrich Steiner**

Resumo: A evangelização é o sentido da missão da Igreja. No Brasil este compromisso está estruturado nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, que surgiram depois de um amplo processo de escuta dos agentes envolvidos com a evangelização. Esta escuta aconteceu em diferentes etapas com a possibilidade de acréscimos, sugestões e supressões à reflexão. Com isto garantiu-se a capilaridade e a participação nas decisões da Igreja quanto à missão evangelizadora. Para o quadriênio 2019–2023 as Diretrizes se propõem à evangelização da cultura urbana. Por isso o texto, a partir da leitura da missão de Jesus, reflete a realidade urbana nas suas luzes e sombras e sugere um caminho fundamentado na ideia da comunidade como casa da evangelização, comunidade missionária. A casa é sustentada e dinamizada pela Palavra: iniciação à via cristã e animação bíblica da vida e da pastoral; pelo Pão: liturgia e espiritualidade; pela Caridade: serviço à vida plena; pela Ação Missionária: estado permanente de missão.

Palavras-chave: Diretrizes, cidade, cultura urbana, evangelização, comunidade missionária.

Introdução

Os documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, percorrem um longo caminho. São idas e vindas; são acréscimos e supressões; é maturação, construção, um caminho. A elaboração do chamado “texto mártir” nasce do pedido ou da Assembleia Geral ou do Conselho Permanente.

A missão da Igreja, das Comunidades Eclesiais, é a

* Doutor em Filosofia pelo Instituto Ateneo Antoniano de Roma/IT. É o Arcebispo de Manaus/AM.

concretização do mandamento que Jesus entregou a seus discípulos: “Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações, e batizai-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-lhes a observar tudo o que vos tenho ordenado. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos” (Mt 28,19-20). Os evangelhos sinóticos terminam com o envio, com a missão. Como Jesus é o enviado do Pai para anunciar e visibilizar o Reino da verdade e da graça, do amor, da justiça e da paz, assim a Igreja é enviada. Também o Espírito Santo foi enviado e, no repouso das línguas de fogo, os apóstolos tornaram-se proclamadores da Boa Nova.

Bento XVI na homilia da abertura do Sínodo sobre a Nova Evangelização afirmou que “a Igreja existe para evangelizar”¹. A razão de existir da Igreja é a evangelização; a sua existência é a evangelização, o seu modo de ser é a missionariedade. A Igreja, a comunidade eclesial, toda a pessoa batizada tem como vocação e missão evangelizar.

Papa Francisco recorda a necessidade de sermos uma Igreja em saída. “A Igreja «em saída» é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa correr pelo mundo sem direção nem sentido. Muitas vezes é melhor diminuir o ritmo, pôr de parte a ansiedade para olhar nos olhos e escutar, ou renunciar às urgências para acompanhar quem ficou caído à beira do caminho. As vezes, é como o pai do filho pródigo, que continua com as portas abertas para, quando este voltar, poder entrar sem dificuldade” (EG 46).

1 O nascer das Diretrizes

As discussões e reflexões tiveram início antes da elaboração das Diretrizes para a Ação Evangelizadora. O Conselho Episcopal de Pastoral já vinha abordando a questão da

1 Papa BENTO XVI, *Homilia na Missa de abertura do XIII Sínodo*, 2012.

evangelização e o meio urbano. Essa preocupação tornou-se mais forte por ocasião da escolha do tema de estudo da 56ª Assembleia Geral, celebrada em 2018. O Conselho Permanente optou pelo tema das Diretrizes Gerais para Formação do Presbíteros da Igreja no Brasil pedido pela nova *Ratio Formationis*, pois a 57ª Assembleia deveria discutir e aprovar as Diretrizes Gerais para a Ação Evangelizadora 2019-2023. No entanto, pediu que a evangelização na realidade urbana fosse abordada na análise de conjuntura e num dos momentos de estudo de grupo durante a Assembleia. Houve nessa reflexão distinções que ajudaram na abordagem do tema e na elaboração das próprias Diretrizes. Assim, foram desabrochando indicações que indicavam o caminho da evangelização na cultura urbana e não apenas no meio urbano.

A análise de conjuntura e os trabalhos em grupo evidenciaram a preocupação e a disposição de que as novas Diretrizes iluminassem a evangelização na realidade da cultura urbana.

Nas observações e reflexões dos Bispos no plenário e nos grupos pode-se perceber que temos ainda uma visão negativa da cidade, pois muitas vezes transpomos a visão e o modo de viver do mundo rural para análise da vida urbana. Onde vivem pessoas, portanto, filhos e filhas de Deus, Ele está presente. A mensagem de Jesus, a sua vida, morte e ressurreição oferecem transformação, pois é a oferta de viver o Reino de Deus e sua justiça também para a realidade urbana.

Foi lembrado que as palavras cidade e evangelização não são unívocos. São portanto, termos muito abrangentes. Além da diversidade teórica, cada cidade possui características próprias que devem ser levadas em conta na ação evangelizadora. As realidades culturais das cidades são diferenciadas. Uma reflexão a partir de cidades do Nordeste difere da Amazônia e da Amazônia difere das cidades do Sul. Isso não significa que não

existem elementos comuns levando em consideração a globalização, especialmente quanto às relações entre as pessoas, entre as pessoas e o mercado, o sentido do existir humano e mesmo no modo de viver os valores e a fé. Na realidade das cidades percebe-se melhor o pensamento da ciência, da técnica e da virtualidade.

Entre os elementos comuns pode-se encontrar cidades dentro de cidades, especialmente nas grandes cidades ou metrópoles. Um exemplo são os condomínios fechados, mas também a presença grupal de pessoas vindas de uma mesma região com seus costumes e festas.

A realidade urbana necessita ser acompanhada para que se possa perceber o ritmo da vida nas cidades, suas tendências, alterações, dificuldades e problemas. *Apesar dos esforços a ação evangelizadora ainda não se sente confortável nas cidades, em especial nas grandes. Conhecendo melhor o modo de ser da cidade, do urbano, é possível despertar para modos novos de evangelizar* (grifo do autor). O modelo pastoral gestado no mundo rural ainda é forte na nossa ação evangelizadora e as tentativas de simples transposição não são eficazes.

Foram lembrados desafios oriundos da realidade das cidades. Em algumas encontramos imensos bolsões de pobreza e uma realidade de violência. As cidades tem alta mobilidade e diversidade, tanto no nível físico quanto no existencial. No nível físico, observa-se que as pessoas se movimentam por espaços cada vez mais amplos distantes dos locais de moradia, de trabalho, de estudo e os relacionamentos são, muitas vezes, distantes. No nível existencial, observa-se a dificuldade por manter referências e valores, deixando-se conduzir pelas pressões, explícitas ou dissimuladas².

2 Texto não publicado que recolheu as reflexões nos grupos, por Dom Joel Portella Amado. O que segue baseia-se no seu relatório.

Percebe-se forte experiência de exclusão social, como favelas, moradores de rua, desempregados e sem teto, drogados, presidiários, menores, ausência de saneamento básico. Há ausência de políticas públicas para enfrentar e resolver as questões ligadas à exclusão e ao sofrimento das pessoas. Constata-se a presença do poder paralelo, em geral ligado ao narcotráfico e às organizações criminosas. Há um sentimento de impotência quanto à violência, à criminalidade, ao narcotráfico, à prostituição e outras formas de exploração das pessoas.

É perceptível o materialismo, a mercantilização e o consumismo ditando o estilo de vida. Percebe-se uma diversidade de apelos, doutrinas, ideologias e ofertas religiosas. As relações tendem a ser mais virtuais, substituindo o convívio e a partilha da vida, tendo como consequência, o sentimento de anonimato e indiferença, a solidão, ainda que em meio a várias pessoas, com destaque para os idosos e doentes. Crescem os índices de suicídio.

Entre as muitas indicações dos grupos houve também a percepção e que o modo de ser das cidades está presente no mundo rural, sendo necessário pensar ações mais abrangentes que o mundo urbano.

Poucas foram as sinalizações dos aspectos positivos na vida das cidades. Mas é na cidade onde moram os filhos e filhas de Deus e que nos são dadas para evangelizar. O Texto das Diretrizes afirma que Deus habita a cidade. Existem dificuldades na evangelização, mas também desafios que iluminam a criatividade e a beleza do anúncio da Boa Nova. Não se pode esquecer de todos os meios que temos à disposição e a presença de tantos leigos e leigas com alto nível de preparo nos diversos âmbitos da sociedade.

Foram apresentadas sugestões para a ação evangelizadora na realidade urbana. Mantendo a unidade, a ação evangelizadora

deve ser diversificada. Nesse sentido é urgente priorizar e nutrir a experiência de comunidade como um dos pontos centrais da fé cristã. Evangelizar com pessoas qualificadas para falar ao mundo das cidades.

A formação dos presbíteros deve levar em consideração a realidade urbana. Sejam formados como discípulos missionários, capazes de diálogo e de trabalho em equipe. No tempo de formação é necessário possibilitar aos seminaristas experiências ligadas, diretamente, às questões urbanas que enfrentarão depois de ordenados. Nos serviços e ministérios valorizar os diáconos, religiosos e religiosas, ministros não ordenados como animadores de pequenas comunidades. Importante discernir quais ministérios podem ser úteis à realidade das cidades.

Afloram os desafios, tais como melhorar a acolhida nas igrejas, adaptando horários e substituindo a burocracia pelo contato pessoal; adequar os horários das celebrações, secretarias e demais atendimentos; ser presença nos condomínios e outras realidades através de círculos bíblicos, novenas, momentos de oração; ser presença nos loteamentos, conjuntos habitacionais, pois a Igreja não pode *chegar depois*.

Através da visitaçãõ manter contato com as famílias, os doentes e enlutados, os solitários. Aproveitar a piedade popular para firmar a identidade católica. Nesse sentido a dimensão missionária é decisiva.

Importante é seguir a indicação do Papa Francisco quanto aos passos da ação evangelizadora: acolher, acompanhar, discernir e integrar. Oferecer cuidado solidário aos excluídos na cidade. Essas ações deveriam ser realizadas pela comunidade ou por algumas comunidades unidas. É importante fortalecer às pastorais socioambientais à luz da Doutrina Social da Igreja; fazer-se presente sempre que possível nos momentos de oração ou nos atos civis ligados à defesa da vida das pessoas e da casa comum.

Do mesmo modo é urgente estimular a presença dos leigos nos diversos ambientes de gestão das cidades; encontrar formas para dialogar com os formadores de opinião e lideranças na cidade e utilizar os meios de comunicação, as redes sociais para a construção da fraternidade; trabalhar junto às categorias profissionais, fomentando grupos à luz da Doutrina Social da Igreja e atuar especificamente junto aos políticos. Finalmente, urge incentivar o ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

2 Construção do texto das Diretrizes

As *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil* sempre buscam levar a efeito a missão da Igreja: evangelizar. Elas expressam a missão da Igreja no Brasil. São João XXIII “convidou com insistência os Bispos brasileiros a prepararem o seu primeiro plano pastoral e, daquele início, cresceu uma verdadeira tradição pastoral no Brasil, que fez com que a Igreja não fosse um transatlântico à deriva, mas tivesse sempre uma bússola”³. Surgiu o Plano de Emergência. Após o Concílio Vaticano II foi aprovado o Plano de Pastoral de Conjunto, PPC. A avaliação realizada em 1970 indicou acertos e inadequações do PPC. Viu-se a necessidade de as igrejas particulares encontrarem modos e meio concretos para a ação evangelizadora. Percebeu-se a necessidade de distinguir entre Diretrizes e Planos. Hoje a Conferência Episcopal apresenta Diretrizes para a Ação Evangelizadora e as igrejas particulares elaboram os seus Planos buscando concretizá-las a partir da realidade onde está inserida.

Para construir o texto uma comissão, nomeada pela Presidência da CNBB, prepara um texto com uma introdução, uma análise da realidade a ser abordada, ilumina essa realidade com a Palavra de Deus, o Magistério da Igreja e documentos da própria Conferência Episcopal, e propõe ações evangelizadoras.

3 Papa FRANCISCO, *Encontro com o Episcopado Brasileiro*, JMJ-Rio, 2013.

Ele é enviado a todos os Bispos. Estes apresentam mudanças, acréscimos, supressão. É nesse momento que o texto vai e volta, há supressões e acréscimos, e mesmo sugestão de mudança quanto à estrutura do texto. A Comissão trabalha o que recebeu e reenvia aos Bispos que fazem novas sugestões. O texto com as novas mudanças é levado à Assembleia Geral, onde é apresentado pela Comissão e trabalhado em grupos pelos Bispos. A Comissão recebe as observações e as novas redações ou novos acréscimos e busca inseri-los no texto. O texto final é apresentado em plenário quando ainda é possível apresentar mudanças. O texto é votado parágrafo por parágrafo. Se a Comissão não inseriu no texto a emenda apresentada, antes da votação, o Bispo ainda pode pedir destaque da emenda apresentada que será votada pelo plenário. Um longo caminho necessário para apresentar às comunidades um texto maduro e impulsionador. Vários Bispos pedem a leigos, padres, religiosos contribuições para o texto.

A Comissão recebeu o resultado do trabalho dos Bispos nos grupos durante a Assembleia e as intervenções no plenário, como também as observações do Conselho Permanente. Tanto nos grupos como no plenário houve a insistência de que as Novas Diretrizes levassem em consideração as chamadas cinco urgências, pois elas estariam ainda em fase de dinamização. Para recordar: “Igreja em estado permanente de missão; Igreja: casa da iniciação à vida cristã; Igreja: lugar de animação bíblica, da vida e da pastoral; Igreja: comunidade de comunidades; Igreja a serviço da vida plena para todos”. Persistia a preocupação de permanecer na dinâmica de uma Igreja em saída. Os Bispos lembraram a necessidade da presença forte da Palavra de Deus nas Diretrizes. Especialmente no Conselho Permanente, celebrado após a Assembleia, houve a insistência de abordar a realidade urbana sem esquecer de abordar também as questões relativas ao mundo rural, pois as duas situações estão interligadas. Mantinha-se a preferência pela expressão: *cultura urbana*.

Ao percorrermos as páginas das Diretrizes para a Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019–2020 podemos perceber o esforço da Comissão para acolher as reflexões e sugestões tanto da Assembleia, quanto do Conselho Permanente.

Evangelização e cultura urbana! Como busca de evangelizar na cultura urbana foram amadurecendo, especialmente, duas dimensões: a Comunidade Missionária e Igreja-casa. Uma Igreja em saída, uma Comunidade missionária, uma comunidade de discípulos/as missionários/as, pois essa é a missão da Igreja. Poderíamos dizer essa é a identidade da Igreja. A outra dimensão é a Igreja-casa. A imagem, a figura da casa; o modo de ser casa: acolhida, convivência, partilha, dor, sofrimento, oração, palavra, presença de Deus, visibilização do Reino.

Casa que é sustentada e dinamizada **pela Palavra**: iniciação à via cristã e animação bíblica da vida e da pastoral; **pelo Pão**: liturgia e espiritualidade; **pela Caridade**: serviço à vida plena; **pela Ação Missionária**: estado permanente de missão (grifos do autor).

Durante construção do texto houve por parte de alguns Bispos o desejo de que a missionariedade permanecesse como identidade e fundamento do ser Igreja e não como pilar; que houvesse, também, uma distinção entre Iniciação à Vida Cristã e Animação bíblica da vida e da pastoral e que estas formassem pilares distintos. É que os denominados pilares são expressões da missionariedade da Igreja.

Esse, em breves traços, foi caminho percorrido pelas Diretrizes Gerais para a Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, DGAE 2019–2023. Elas certamente nos despertarão para a necessidade de evangelizarmos sem perdermos o horizonte da cultura urbana. Que o Reino se difunda por toda a terra!!

3 Conclusão: a nossa missão como Igreja

“A Igreja existe para evangelizar”⁴. A missão da Igreja, do Povo de Deus, é o mandamento que Jesus entregou a seus discípulos: “Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações, e batizai-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-lhes a observar tudo o que vos tenho ordenado. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos” (Mt 28,19-20). A razão do existir da Igreja é evangelizar; a sua existência é a evangelização. Como Igreja toda a pessoa batizada tem como vocação evangelizar. Ela recebeu essa missão.

A Conferência de Aparecida⁵ veio acordar a missão na igreja latino-americana: somos discípulos missionários! Aparecida parte da grandeza do encontro para apontar a missionariedade da Igreja. Na graça extraordinária do encontro fomos revestidos do discipulado missionário, da missionariedade discipular. O ardor que o encontro suscita leva o discípulo-missionário a responder “à vocação recebida e comunicar em todas as partes, transbordando de gratidão e alegria, o dom do encontro com Jesus Cristo” (DAP 14). O ardor é que leva o discípulo/a missionário/a ser instrumento do Espírito na Igreja. O ardor suscita o desejo de que “Jesus Cristo seja encontrado, seguido, amado, adorado, anunciado e comunicado a todos, não obstante todas as dificuldades e resistências” (DAP 14). A missionariedade que trouxe novo ardor e novo vigor à Igreja é a alegria compartilhada com todos, “com os de perto e os de longe”⁶. “A boa notícia era como ‘uma água fresca para uma alma sedenta’. Pois é verdade que Deus dá seu reino dos céus por um gole de água fresca a um bom coração”⁷. A boa notícia, o Evangelho, Jesus Cristo Crucificado–ressuscitado é como água fontal,

4 Papa BENTO XVI, *Homilia na Missa de abertura do XIII Sínodo*, 2012.

5 CELAM, V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e Caribe, Aparecida, 2007.

6 Papa BENTO XVI, *Homilia na Missa de abertura do XIII Sínodo*, 2012.

7 Mestre ECKHART, *Sermões alemães*, Sermão 87.

límpida e transparente. Nisso está a missão da Igreja: levar a boa notícia como água de fonte. “É a água do poço que faz florir o deserto”⁸. Somos todos enviados a evangelizar, oferecer a água fontal do Evangelho na realidade urbana.

A proximidade, a maternidade, o cuidado, o pastoreio indicam o modo da evangelização. Não bastam os meios de comunicação à nossa disposição; não bastam documentos! A transmissão da fé é sempre relação, é pessoal, pessoa-pessoa, é testemunhal. Ela possibilita o encontro entre pessoas. Este estabelece uma relação nova que cria novo céu e nova terra. Aparecida, ao insistir na missionariedade que nasce do encontro, indica o método de sair, ir ao encontro, pois esse é o modo do amor, o modo de Deus. *Especialmente na cultura urbana a proximidade, o encontro pessoal são decisivos para levar o Evangelho* (grifo do autor).

A posição do discípulo missionário não é uma posição de centro, mas de periferias: vive em tensão para as periferias... incluindo as da eternidade no encontro com Jesus Cristo. No anúncio evangélico, falar de ‘periferias existenciais’ descentraliza e, habitualmente, temos medo de sair do centro. O discípulo-missionário é um descentrado: o centro é Jesus Cristo, que convoca e envia. O discípulo é enviado para as periferias existenciais⁹.

É justamente na realidade urbana que se encontram as periferias para as quais somos enviados.

As atuais Diretrizes, aprovadas em maio na Assembleia, retomam com maior profundidade a missionariedade. Elas apresentam uma preocupação com a cultura urbana. Seremos uma “comunidade missionária” na realidade urbana. A cultura urbana atinge hoje todas as realidades, incluindo muitas aldeias indígenas. Era necessário refletir e propor linhas de ação para

8 XIII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, *Mensagem*, 14.

9 Papa FRANCISCO, *Encontro com os Dirigentes do CELAM*, JMJ RIO, 28 de julho de 2013, 5,1.

sermos uma Igreja missionária, uma comunidade missionária. Como sermos missionários e missionárias na cultura urbana de hoje? Como evangelizar quando estamos tomados no nosso pensar e agir pela ciência e a técnica? Como despertar para uma relação de fé em Jesus Cristo no meio ao deserto de hoje?

Nesse sentido torna-se necessário retomarmos a Iniciação à Vida Cristã, a Palavra de Deus, a Liturgia e a Caridade. O desejo é de sermos uma comunidade missionária, entendermos em profundidade a realidade humana de hoje e apresentarmos o Evangelho como resposta.

O estudo das Diretrizes para a Ação Evangelizadora, a integração das Diretrizes nos Planos de Pastoral das Igrejas particulares faz crescer a dinâmica missionária. O despertar missionário na Igreja é uma graça, dom que impulsiona os leigos a assumirem sempre mais a vida recebida no batismo como discípulos missionários. Há necessidade de perseverar no caminho e colocar em chave missionária a atividade habitual das nossas igrejas particulares. Deixar-se guiar pela missão da Igreja que é evangelizar é urgente no tempo da cultura urbana.

Uma Igreja discípula missionária, com a força do Espírito Santo, estará sempre a caminho, sempre na busca, em movimento para dar conhecimento da “força escondida na fragilidade do amor, do bem, da verdade, da beleza”¹⁰ que é Jesus Cristo crucificado ressuscitado, na cultura urbana. N’Ele, nossa vida e esperança, com Ele, nosso Caminho, a Ele, toda a glória para sempre!

10 Papa FRANCISCO, aos Bispos do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de julho de 2013, nº 3.

Referências bibliográficas

BENTO XVI, Papa. *Homília na Missa de abertura do XIII Sínodo dos Bispos*, <http://w2.vatican.va/2012>.

CELAM. *V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e Caribe*. São Paulo: Paulinas, 2007.

FRANCISCO Papa. *Aos Bispos do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de julho de 2013. <https://centroloyola.org.br/revista>

_____. *Encontro com o Episcopado Brasileiro*, JMJ-Rio, 2013. Viagem Apostólica ao Rio de Janeiro (Brasil) por ocasião da XXVIII Jornada Mundial da Juventude (22-29 de julho de 2013) <http://w2.vatican.va>

_____. *Encontro com os Dirigentes do CELAM*. JMJ RIO, 28 de julho de 2013. <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2019-07>

_____. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.

ECKHART, Mestre. *Sermões alemães*. Sermão 87. Petrópolis: Vozes, 2008.

A IMPORTÂNCIA DAS DIRETRIZES GERAIS PARA O PLANEJAMENTO PASTORAL

*Dr. Pe. José Adalberto Vanzella**

Resumo: Na evangelização, acontece a proclamação dos efeitos do anúncio da Boa Nova (Lc 4, 16-21), ou seja, a Palavra anunciada necessariamente produz seus efeitos, de modo que a Palavra está unida à vida, ao agir humano, elimina toda sorte de passividade, tornando as pessoas protagonistas na construção de um mundo novo, fundamentado nos valores do Reino que são Boa Notícia para os pobres: liberdade (libertação aos presos), superação da ignorância, da falta de fé e da passividade (aos cegos, a recuperação da vista), justiça (a liberdade aos oprimidos) e a comunhão com Deus, com todas as pessoas e com a natureza na vivência do Shalom, da paz (o ano da graça da parte do Senhor). A partir desses elementos, podemos dizer que é possível uma melhor compreensão das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora e, conseqüentemente, a sua adequada utilização no processo de planejamento pastoral em vista de uma pastoral de conjunto no Brasil.

Palavras-chave: Diretrizes, ação evangelizadora, planejamento pastoral, eclesiologia.

As Diretrizes da ação evangelizadora e planejamento pastoral

Uma das características da Igreja no Brasil há quase 60 anos é o esforço em vista de uma atuação em âmbito nacional em termos de pastoral. Este processo teve início com o Plano de Emergência, que foi logo substituído pelo Plano de Pastoral de Conjunto, elaborado durante o Concílio Vaticano II e que procurou traduzir para a Pastoral a estrutura conciliar e as propostas dos seus principais documentos.

* Doutor em Teologia pela PUC-RJ, professor da Faculdade Dehoniana em Taubaté, Vigário Paroquial da Catedral do Divino Espírito Santo, Diocese de Caraguatatuba.

O Plano de Pastoral de Conjunto foi substituído pelas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral. O principal motivo para esta substituição foi a constatação de que os planos de pastoral deveriam ser de competência das Igrejas Particulares por serem mais próximos da realidade. As Diretrizes Gerais da Ação Pastoral deveriam, como o próprio nome diz, serem indicadores da direção da ação pastoral da Igreja e estabelecer o objetivo geral da ação pastoral da Igreja no Brasil. Cada Igreja Particular deveria elaborar o seu próprio Plano de Pastoral tomando em consideração o que estava sendo proposto pelas Diretrizes Gerais.

Com a elaboração do Projeto Nova Evangelização, durante o pontificado de João Paulo II e a sua influência na Conferência de Santo Domingo, as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral foram substituídas pelas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, configuração que é mantida até os nossos dias.

Tivemos também o retorno de projetos nacionais de evangelização juntamente com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, com destaque para os Projetos Rumo ao Novo Milênio, Ser Igreja no Novo Milênio e Queremos Ver Jesus - Caminho, Verdade e Vida.

Aos poucos, foi acontecendo nas Igrejas Particulares o desenvolvimento da capacidade de planejamento, com destaque para o uso do método dedutivo e do método VER-JULGAR-AGIR.

O método dedutivo usa o referencial teórico como pressuposto e dele são tiradas as decorrências pastorais. Este método sempre foi usado na Igreja, principalmente quando o planejamento é feito de forma normativa.

O método VER-JULGAR-AGIR pode ser usado tanto na vertente dedutiva como na vertente dialética.

Na sua vertente dedutiva, o método parte de um pressuposto como ponto de partida para o VER, para o JULGAR e para o

AGIR. Podemos citar o uso deste método nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil aprovadas em 2015, nas quais o princípio: “A partir de Jesus Cristo” determina o VER, o JULGAR e o AGIR.

Este método também é usado na sua vertente dialética, na qual a tese é desenvolvida pelo Ver, a antítese pelo Julgar e a Síntese pelo Agir. Este método nesta vertente já estava presente no Brasil desde a década de quarenta do século passado através da atuação da Ação Católica Especializada.

No seu uso, o Ver se constitui no marco referencial, que no caso do planejamento pastoral, acontece pela apresentação da realidade sociopolítica e econômica complementada por uma análise de conjuntura, o Julgar é feito pelo referencial teórico, constituído pelas Sagradas Escrituras, pelos documentos do Magistério e pela contribuição das diversas ciências que é colocado como contraponto ao Ver e possibilita a elaboração do diagnóstico pastoral e o estabelecimento do objetivo geral e seu desdobramento em objetivos específicos e o Agir consiste na elaboração de projetos pastorais com as ações necessárias para que os objetivos possam ser atingidos.

O uso do Método VER-JULGAR-AGIR na sua vertente dialética foi muito controverso. A principal acusação em relação era de que ele é socializante, uma vez que o Ver tem como ponto de partida a realidade sociopolítica e econômica. Esta acusação não procede visto que no processo dialético, conforme nos ensina Johann Gottlieb Fichte¹. Friedrich Wilhelm von Schelling² e Georg Friedrich Hegel³, o que determina a síntese

1 Filósofo alemão pouco conhecido, mas que é considerado fundador do Idealismo e precursor de Hegel, escreveu, em 1808, os “Discursos à Nação Alemã”, obra que está disponível no Brasil pela coleção “Os Pensadores” e que trabalha a questão da dialética.

2 Filósofo que discute o problema da dialética entre o ideal e o real

3 Na sua obra fundamental, “Fenomenologia do Espírito”, traz importantes contribuições para a compreensão do método dialético.

num processo dialético não é a tese, mas sim a antítese. Logo, não se trata de a conjuntura ser o determinante, mas o condicionante. O determinante é o referencial teórico, que no caso do Planejamento Pastoral, diz respeito às fontes teórico-teológicas que possibilitam a iluminação da realidade e fixam os objetivos da ação que, em consequência disso, não é socializante, mas sim evangelizadora.

Tanto no uso do método dedutivo como no método dialético, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora vão ter uma importância fundamental na construção de uma Pastoral de Conjunto no Brasil e os projetos nacionais sempre foram ligadas e dependentes delas. Daí decorre a importância das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora para o trabalho de planejamento da ação evangelizadora e pastoral em todas as Igrejas Particulares do Brasil.

Para que as Diretrizes Gerais sejam utilizadas de modo adequado, alguns conhecimentos prévios são necessários. É necessário conhecermos alguns elementos da eclesiologia do Concílio Vaticano II.

Precisamos esclarecer a relação que existe entre a abordagem da Trindade e a abordagem da eclesiologia, assim como as consequências dessa abordagem para a organização e a prática eclesial, pois este esclarecimento nos possibilitará uma compreensão maior do significado do Concílio Vaticano II para a compreensão da Igreja.

Os estudos sobre a Santíssima Trindade podem ser entendidos a partir de dois grupos: um ontológico e um metafísico. A visão ontológica aborda a Trindade a partir da sua essência, a unidade de um ser absoluto que se desdobra a si mesmo, onde o mais importante é a compreensão dos atributos divinos. A visão metafísica procura estudar a Trindade sob o foco das suas relações intersubjetivas.

A visão ontológica da Trindade favorece uma visão de

Igreja voltada para si mesma, o que evidencia a instituição e a hierarquia e faz com que a base da compreensão eclesiológica seja mais cristológica do que trinitária. Como consequência dessa visão, a atuação pastoral será marcada principalmente pela vida da Igreja, evidenciando a catequese, a liturgia e as vocações. O planejamento pastoral terá uma característica normativa e centralizadora e as principais reflexões serão estratégicas em vista da consecução dos objetivos institucionais com marcante presença dos fundamentos filosóficos.

A visão metafísica da Igreja favorece uma visão da Igreja em relação e aberta ao diálogo, o que evidencia a sua presença no mundo com a missão de edificar na história o Reino de Deus e a base da compreensão eclesiológica torna-se mais trinitária. A consequência pastoral dessa missão é a importância da presença da Igreja no mundo e as relações decorrentes dessa presença, abrindo espaço principalmente para o diálogo, a inculturação do Evangelho e a atuação sócio-transformadora que a Igreja realiza, colocando-se, de fato, no coração da história. O planejamento pastoral passa a ter como princípio a participação de todos e dando grande importância para o conhecimento sócio- analítico.

O Concílio Vaticano II vai mostrar, principalmente na *Lumen Gentium*, a relação da Igreja para com o Deus Trino⁴ e, nesta relação, a Igreja participa da vida e do amor trinitário e deve tornar-se sacramento da comunhão divina tanto na sua organização institucional como no exercício da sua missão permanente.

A Igreja é dom de Deus, fruto da iniciativa divina cumprida no mistério pascal, que gera nova relação com Deus e com os demais seres humanos. Esta união é obra do Espírito (LG 4;13) que nos une a Cristo (LG 7) gerando comunhão de vida, caridade e verdade (LG 9) e nos torna pertencentes ao Corpo

4 Cf. Medart KEHL. *A Igreja, uma eclesiologia Católica*, p.61.

Místico (LG 50), marcando nossa condição de peregrinos (LG 50) com um vínculo orgânico (LG 14-15) que une todos os fiéis (LG 13; DV 10; UR 2).

Já durante o Concílio, o Papa Paulo VI escreveu a sua primeira encíclica, a *Ecclesiam Suam*. Ele inicia esta encíclica afirmando o seu caráter dialógico e a sua intenção de aprofundar a consciência de Igreja, bem como a necessidade que a Igreja tem de refletir sobre si mesma. A partir daí, a encíclica procura mostrar a Igreja como mistério da presença de Cristo, seja a partir da doutrina do Corpo Místico, que nós vimos na encíclica anterior, seja como edifício que tem como construtor o próprio Cristo. O sacramento do Batismo é o enxertamento no Corpo Místico de Cristo⁵.

O Concílio Vaticano II adotou o caráter pastoral, procurando adaptar-se às novas exigências do tempo presente (SC 1). Para isso, substitui o modelo de sociedade perfeita pelo modelo de povo de Deus, expresso de modo especial na *Lumen Gentium* que, curiosamente, não cita a experiência do povo de Israel na sua caminhada entre o Egito e a Terra Prometida. O modelo de Igreja povo de Deus vai se impor e abrir caminho para uma eclesiologia de comunhão, o qual analisaremos no tópico seguinte: os modelos de Igreja.

Em geral, o Concílio Vaticano II passa a valorizar as realidades terrenas, o que possibilita que a Igreja realize a proposta do papa Paulo VI na *Ecclesiam Suam* de entrar em diálogo com o mundo. Também é importante evidenciar que o modelo povo de Deus evidencia a dimensão comunitária da fé, rompendo com a visão individualista do homem e da fé. Como se volta para as Sagradas Escrituras, o diálogo ecumênico sai fortalecido⁶.

O modelo da Contra Reforma, continuidade da cristandade

5 José Adalberto VANZELLA, *Protagonismo do leigo na Igreja*, p.37-38.

6 Cf. Vitor CODINA, *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*, p.169.

medieval, vai ser alterado pelo Concílio Vaticano II. O triunfalismo será substituído por uma Igreja que, a exemplo de Cristo, torna-se serva da humanidade no seu caminho para a escatologia como semente do Reino de Deus na terra e aberta aos sinais dos tempos. O conceito de povo de Deus, que tem a mesma fé, a mesma Escritura, se nutre da eucaristia e vive a pluralidade dos carismas se apresenta como proposta para a superação do clericalismo presente no modelo da sociedade perfeita e da cristandade. A *Lumen Gentium*, no seu terceiro capítulo, deixa bem claro que a hierarquia deve ser entendida dentro do povo de Deus, nem à margem e nem acima. Também é importante esclarecer que a Igreja entendida no seu mistério em relação com a Trindade porque nasce do Pai, reflete a luz de Cristo e é animada pelo Espírito Santo e é comunidade reunida na unidade da Trindade supera a visão canônica do modelo anterior⁷.

Esta eclesiologia nos ajuda a entender melhor as propostas das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

A missão permanente da Igreja é a evangelização, de modo que ela se torna o germe e o início do Reino de Deus na terra, desejando, buscando e esperando unir-se plenamente a Cristo na glória (LG 5). Desta missão participam todos os seus membros, tanto a hierarquia como o laicato, estabelecidos como testemunhas e instruídos pelo senso da fé e a graça da palavra (At 2-17; Ap 19,10) e que devem fazer com que o Evangelho chegue às famílias e à sociedade⁸. Também os religiosos e religiosas são semeadores do Reino de Deus, pela oração ou pela ação, de acordo com as exigências de sua vocação⁹. Deste modo, toda a Igreja contribui para a vinda do Reino de Deus e a salvação de toda a humanidade (GS 45).

7 Cf. *Ibidem*, p.170-171.

8 Cf. *Ibidem*, p.35.

9 Cf. *Ibidem*, p.44.

Na evangelização, acontece a proclamação dos efeitos do anúncio da Boa Nova (Lc 4,16-21), ou seja, a Palavra anunciada necessariamente produz seus efeitos, de modo que a Palavra está unida à vida, ao agir humano, elimina toda sorte de passividade, tornando as pessoas protagonistas na construção de um mundo novo, fundamentado nos valores do Reino que são Boa Notícia para os pobres: liberdade (libertação aos presos), superação da ignorância, da falta de fé e da passividade (aos cegos, a recuperação da vista), justiça (a liberdade aos oprimidos) e a comunhão com Deus, com todas as pessoas e com a natureza na vivência do Shalom, da paz (o ano da graça da parte do Senhor).

A partir desses elementos, podemos dizer que é possível uma melhor compreensão das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora e, conseqüentemente, a sua adequada utilização no processo de planejamento pastoral em vista de uma pastoral de conjunto no Brasil.

Referências bibliográficas

- CODINA, Vitor. *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium, sobre a Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- _____. *Constituição Dogmática Dei Verbum, sobre a Divina Revelação*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- _____. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes, sobre a Igreja no mundo de hoje*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- _____. *Constituição Sacrosanctum Concilium, sobre a Sagrada Liturgia*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- _____. *Decreto Unitatis Redintegratio, sobre o ecumenismo*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- KEHL, Medart. *A Igreja: uma eclesiologia Católica*. São Paulo: Loyola, 1997.
- PAULO VI, Papa. *Carta Encíclica Ecclesiam Suam*. São Paulo: Paulinas, 1964.
- VANZELLA, José Adalberto. *Protagonismo do leigo na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

COMUNIDADES ECLESIAIS MISSIONÁRIAS

Um retorno às fontes¹

*Leonardo Envall Diekmann**
*Ms. Adriano André Maslowski***

Resumo: O presente trabalho consiste em uma reflexão sobre o processo de evangelização no mundo urbano mediante a ação de pequenas comunidades eclesiais missionárias a partir da proposta das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019–2023). Para tanto, buscamos resgatar as origens das primeiras comunidades cristãs e o processo de transmissão da fé exercido por estas, para então compreender como as mesmas podem contribuir com o desafio da evangelização em um mundo cada vez mais urbano. Trata-se de um processo de retorno às fontes, resgatando a essência da vida comunitária da transmissão da fé frente ao mundo pós-moderno.

Palavras-chave: Cidade. Eclesiologia. Paróquia. Pastoral Urbana.

1 Introdução

Desde o início a Igreja esteve preocupada com o anúncio da Boa-Notícia de Jesus nos diferentes contextos, espaços e épocas

¹ Estudo a partir das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019–2023).

* Graduado em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE); Especialista em Filosofia e Graduando em Teologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/IMT). Contato: diekleo@hotmail.com

** Doutorando em Filosofia da UFSM; Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Especialista em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Especialista em Leituras da Bíblia e Mundo Contemporâneo pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduado em Teologia pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia Berthier (IFIBE). Contato: adrianolowski@yahoo.com.br

históricas. Para tanto, em cada período histórico e de acordo com a realidade e os desafios enfrentados, ela fez uso de distintos métodos de evangelização. Por vezes, acentuando mais a dimensão mistagógica com a Sagrada Escritura, em outras, priorizando os dogmas e ensinamentos morais. Tudo isso para que as comunidades cristãs caminhassem em um movimento de progressão. Assim como os métodos de transmissão da mensagem cristã mudam, também a forma de organização das comunidades acaba sendo alterada de acordo a necessidade temporal.

A partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) a Igreja Católica coloca-se em diálogo com o mundo, assumindo uma postura de abertura frente à modernidade, não simplesmente para se modernizar, mas antes, conseguir compreender a realidade e os anseios do mundo moderno, bem como o seu papel nesta conjuntura social. Desde então, o mundo passou por grandes transformações. A revolução tecnológica, a globalização e urbanização mudaram a forma de organização da sociedade, bem como, os pensamentos, os costumes, a cultura e os valores. A Igreja que detinha papel significativo na vida das pessoas e na sociedade em geral torna-se, gradativamente, apenas mais uma instituição entre tantas outras. Diante desta conjuntura atual podemos nos perguntar como evangelizar no mundo urbano contemporâneo?

Frente ao desgaste de uma instituição que moldou os fundamentos do Ocidente, buscamos, na presente reflexão, discutir o ideal de uma Igreja formada por pequenas comunidades eclesiais missionárias a partir Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023), documento 109 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Para tanto, estruturamos este trabalho em três eixos: primeiramente voltamos nosso olhar para a Igreja primitiva, refletindo sobre a *domus ecclesiae*, a Igreja das Casas, e processo de evangelização no início do cristianismo. Em um segundo

momento, abordamos a realidade urbana pós-moderna e os desafios presentes no processo de evangelização nas grandes cidades. Em um terceiro momento, apresentamos a proposta do documento 109, por uma Igreja formada por múltiplas pequenas comunidades eclesiais missionárias, verdadeiras Igrejas domésticas, fundamentadas e sustentadas em quatro grandes pilares herdados das comunidades dos tempos apostólicos: a Palavra, a Eucaristia, a Caridade e a Ação Missionária.

2 Domus Ecclesiae: um olhar sobre a igreja primitiva

A Igreja que nasce a partir do envio do Espírito Santo (At 2,10) nem sempre possuiu as características e organização tal qual a temos hoje. Esta instituição que surge da adesão ao discipulado de Jesus Cristo, enquanto organismo vivo e histórico² teve sua expressão da fé, expressa nas celebrações, nas orações e nas vivências, na reflexão teológica e na organização interna reformadas e adaptadas conforme o tempo e o lugar. Assim sendo, “as diferentes épocas expressam a mensagem cristã em sua própria linguagem”³. No entanto, existem características que atravessam o tempo e o espaço, chegando até nós.

As primeiras comunidades cristãs nascem na região da Palestina e, posteriormente, se espalham pelo território do

2 A partir do Concílio Vaticano II a Igreja Católica Romana se abriu a novas possibilidades de leitura e interpretações sobre a história da Igreja, até então centrada e fundamentada na obra de Eusébio de Cezaréia (263-339 d.C.). Em sua história, Eusébio tem a pretensão de demonstrar um avanço contínuo, sem admitir períodos de declínio ou decadência. Tal compreensão é, na atualidade, considerada equivocada, sobre tudo a partir do Concílio Vaticano II. Desde o Concílio, buscou-se perceber a caminhada eclesial como um grande processo desenvolvido por parte da humanidade, guiado por Deus, mas no qual o ser humano goza de total liberdade. Assim, a historiografia de Eusébio é, sem sombra de dúvidas, uma belíssima obra produzida pela Igreja antiga, porém um trabalho que reflete o pensamento de uma época e não uma verdade plena e eterna da história.

3 Jean COMBY, *Para ler a História da Igreja I: das origens ao século XV*, p.8.

Império Romano. Boa parte destas comunidades se organizam a conforme o modelo sinagoga. Ali estruturam a *ekklèsia*, a assembleia, com um caráter doméstico, cultivando a comunhão fraterna, a Eucaristia e guardando a memória do Mestre. “Ser cristão neste contexto não significava antes de tudo aderir a uma doutrina, mas viver uma nova vida”⁴. Trata-se de uma vivência de virtudes de cunho familiar ou doméstico, uma capacidade de perceber Deus nas pequenas coisas da vida (Rm 12,10; Mc 10,45; Lc 14,7-10), mesmo em meio a um ambiente que se mostre hostil⁵. Hoornaert nos recorda que mesmo “rejeitados pela sociedade, eles [os cristãos] começam a construir dentro de minúsculos grupos uma comunidade nova, baseada na memória do êxodo, dos profetas e de Jesus e no dinamismo da esperança escatológica”⁶. Justamente nestes espaços cabia aos cristãos realizar a tarefa mais difícil: fermentar a sociedade, em um movimento de dentro para fora, da comunidade caseira para a sociedade em sua pluralidade.

Este modelo eclesial sinagoga, próprio da Igreja doméstica, é uma característica que o cristianismo primitivo herdou do judaísmo e implementou anteriormente ao período da institucionalização da Igreja através de Constantino⁷. Este

4 Eduardo HOORNAERT, *A memória do povo cristão*, p.164.

5 *Ibidem*, p.47. “No início, o cristianismo era visto como “um punhado de gente simples, grosseira e perdida moralmente, que constitui a clientela ordinária dos embusteiros, ignorantes, fechados, incultos e simples de espírito, almas vis e ignóbeis, escravos, mulheres pobres e crianças, tecelões de lã, sapateiros e calceteiros, gente de extrema ignorância e destituída de qualquer educação”.

6 Eduardo HOORNAERT, *A memória do povo cristão*, p.43.

7 No ano de 313 d.C., com o Edito de Milão, cessam as perseguições contra a Igreja no reinado de Constantino. Inicia-se, na vida da Igreja, um processo de institucionalização. Aos poucos é fixado o cânone da Bíblia, avançam as reflexões teológicas sobre o mistério da encarnação e da divindade de Jesus. Surgem oficialmente as paróquias como instâncias territoriais da Igreja. Assim, o cristianismo, antes um ramo do judaísmo, distancia-se da religião judaica e assume características próprias que lhe darão o status de uma religião. Em 380 d.C. o imperador Teodósio finalmente proclama o cristianismo a religião oficial do Império Romano. “Das catacumbas às grandes basílicas, a Igreja Católica

modelo eclesial dos primeiros séculos traz consigo algumas marcas fundamentais, objeto de nossa reflexão em vista da compreensão das raízes de nossa fé.

2.1 A vida cristã nas Pequenas Comunidades Eclesiais

Essencialmente doméstica, a vida das primeiras comunidades cristãs é marcada por um aspecto não territorial ou local, mas sim familiar. Desse modo, a participação na *ekklèsia* não significa a inserção sociológica em um templo, cidade, município e sim a relação em um determinado grupo humano. O modelo sinagoga não é local, mas grupal, alicerçado em uma comunidade que organiza sua vivência a partir das necessidades e circunstâncias de seus membros. Outra marca do modelo sinagoga presente na Igreja primitiva é a relação da comunidade com a família. A casa que acolhia a *ekklèsia* acompanhava e se deixava envolver por esta vivência⁸. Assim como acolhia às reuniões dominicais, a casa também acolhia as grandes festas da comunidade, tais como a Páscoa, Pentecostes, *Yom Kippur*, *Succot* ou festa das tendas, celebrações que aconteciam ao redor da mesa, pela vivência fraterna, pela oração, através da memória dos grandes feitos de Deus na vida do povo que escolheu como Seu (Ex 3ss) e na fração do pão.

O batismo desde o princípio do cristianismo aparece inserido no processo de Iniciação à Vida Cristã, como sinal fundamental constitutivo da comunidade. Para os primeiros cristãos o batismo era o marco divisor de águas, passo decisivo para uma nova vida (Rm 6,3-5; Jo 3,5) a partir do evento

Romana associou-se ao poder monárquico do Sacro Império Romano-Germânico, assumindo características do mesmo que perduram até hoje, tais como sua estrutura de poder, organização e indumentária, entre outras” (DIEKMANN, *Concílio Vaticano I: avanço ou retrocesso? Uma leitura da história 150 anos depois*, p.50).

8 Cf. Eduardo HOORNAERT, *A memória do povo cristão*, p.141.

querigmático⁹. Com uma ampla e exigente caminhada de preparação, que correspondia à Iniciação à Vida Cristã¹⁰, o batismo era o ponto culminante em um processo de adesão a Cristo através da pertença a uma comunidade cristã. Em uma realidade de aversão ao cristianismo, aderir ao seguimento de Jesus implica liberdade e consciência frente ao compromisso que está sendo assumido, e do qual “o cristão era chamado a testemunhar sua fé¹¹”.

Outra marca já mencionada, mas que merece maior atenção é *koinonia*, ou seja, a comunhão (do latim: *communio*). No início da Era Cristã, as primeiras comunidades cultivavam a comunhão fraterna, isto significava a união do discípulo com o Cristo que acontece através da união com os irmãos e irmãs. Esta vivência é fundamental, considerando o contexto de evolução social do corpo eclesial que resultou em diversos conflitos, divergências e até mesmo divisões da comunidade cristã¹².

9 Cf. CNBB, *Iniciação à Vida Cristã*: itinerário para formar discípulos missionários, p.30.

10 No segundo século, a Igreja estruturou o processo de iniciação dos novos membros de tal forma que os mesmos, após um rígido e longo tempo de formação, eram acolhidos na comunidade dos cristãos através do batismo. Este processo catequético denominado catecumenato introduzia o indivíduo à fé eclesial e o fazia participar da mesa do Senhor. Assim, o batismo e a Eucaristia estavam intimamente ligados através da iniciação a vida cristã. O indivíduo adentrava nas águas do batismo, recebia a unção pós-batismal e participava da Ceia do Senhor, tudo em uma mesma celebração. (Cf. CNBB, *Iniciação à Vida Cristã*: itinerário para formar discípulos missionários, p.30-31).

11 Eduardo HOORNAERT, *A memória do povo cristão*, p.170.

12 Até o século II da Era Cristã a memória e a fé eram transmitidas de forma oral. O cristianismo não possuía uma doutrina formulada à qual seus membros pudessem seguir. Trata-se de um longo trajeto de amadurecimento da fé e da compreensão dos cristãos sobre a pessoa de Jesus. A carência/falta de memórias escritas, definidas em um cânon como referência para os cristãos, deixa margem à livre interpretação e à proliferação de múltiplos contos e supostas memórias sobre a vida de Jesus e seus discípulos. Neste cenário, surgem divergências, conflitos e confrontos entre teorias opostas a respeito da vida, da natureza e da missão de

Uma Igreja sólida como instituição, mas vazia de vida comunitária real não combina com a inspiração fundamental no Novo Testamento. Essas comunidades, porém, têm que evitar o exclusivismo e o fechamento em si mesmas. Neste caso, podem degenerar em guetos, em comunidades personalistas e em fontes de discórdia [...]. Também não basta uma universalidade intencional, mas é necessária a participação e o intercâmbio efetivo com unidades mais amplas de vida eclesial¹³.

Para resolução dos conflitos a comunidade cristã realizava os sínodos, ou seja, as reuniões entre seus membros¹⁴. Porém, não se deve alimentar uma ideia ingênua a respeito das comunidades, imaginando um ideal de vivência sem divergências ou discordâncias. Tais aspectos são próprios de uma caminhada comunitária. Entretanto, é de suma importância compreender a vivência da Igreja primitiva, não a partir da uniformidade, mas da unidade eclesial, através do respeito à autonomia de cada comunidade e do sinal visível de comunhão entre os cristãos com Cristo e entre si pela Eucaristia. Assim, “as Igrejas estão em comunhão entre si, e todas têm consciência de ser uma única Igreja”¹⁵.

O cristianismo herdou do judaísmo este caráter familiar, esta íntima relação entre *ekklèsia* (assembleia que se reúne) e *oikos* (casa). Dessa forma, “entendendo [...] o sentido verdadeiro de casa no ambiente bíblico, pode-se perceber que a assembleia cristã chama a atenção por não se comportar simplesmente

Jesus e da Igreja. Estes impasses serão superados, em parte, com a sistematização, organização e transmissão da fé não apenas através da oralidade informal, mas pela doutrinação institucional. Este processo, no entanto, acaba enfraquecendo as pequenas comunidades que cultivam o sistema de organização sinagagal, próprio das Igrejas domésticas.

13 Rafael AGUIRRE, *Del movimiento de Jesus a la Iglesia Cristiana: ensayos de exégesis sociológica del cristianismo primitivo*, p.107, (tradução nossa).

14 Cf. Eduardo HOORNAERT, *A memória do povo cristão*, p.144.

15 Ney de SOUZA, *Da Igreja doméstica à paróquia: aspectos históricos das origens à atualidade da paróquia*, p.163.

como uma reunião entre membros de várias casas, mas como membros de uma só casa, [...] de um só povo”¹⁶. No entanto, esta relação só era possível enquanto a estrutura da Igreja estava organizada sob a forma de uma rede de comunidades. Estas, por sua vez, encontravam-se espalhadas pelo território da Palestina. Aos poucos, foram se estendendo em direção aos grandes centros comerciais litorâneos do mediterrâneo por meio do processo de evangelizado paulino¹⁷.

Até então, este modelo de comunidade sinagoga se restringia à região da Palestina, às comunidades formadas por judeus. Com o apostolado de Paulo este modelo eclesial é adaptado e expandido a fim de acolher os gentios. “Paulo não aceita os tabus sectários e étnicos”¹⁸. Inicia-se o período de expansão das comunidades cristãs ao longo do Império Romano. Estas comunidades se formaram nas grandes cidades¹⁹ com portos marítimos ou com confluências de grandes rios. Assim, o cristianismo deixa de ser predominantemente camponês, como foi o povo de Israel, constituindo-se como um

16 Dayvid da SILVA, *Paróquia comunidade de comunidades: olhar o passado, analisar o presente, pensar o futuro*, p.831.

17 É importante recordar que, neste período, a fé cristã não havia se constituído como religião autônoma, era antes de tudo, uma seita/ramo do judaísmo entre tantos outros, tal como os fariseus e os zelotas. O processo de evangelização paulino abriu as portas da Igreja para os não-judeus. Hoornaert chega a afirmar que “entre os apóstolos foi Paulo quem entendeu com maior profundidade a prática de Jesus [...]. Fiel a sua vocação, teve que defrontar-se com este problema, o maior da história da Igreja primitiva: podem os incircuncisos também converter-se ao cristianismo sem submeter-se ao rito judaico da circuncisão? [...] Para ele, trata-se de uma questão fundamental, o confronto entre o que ele chama de ‘liberdade cristã’ e o seguimento da lei judaica. Trata-se de saber se o cristianismo evolui para tornar-se uma seita judaica qualquer ou se ele inaugura algo inteiramente novo, uma prática inaudita baseada na prática de Jesus” (Eduardo HOORNAERT, *A memória do povo cristão*, p.52-56).

18 José Antonio ALMEIDA, *Paróquias, comunidades e pastoral urbana*, p.29.

19 Destacamos entre estas cidades: Antioquia, Cilícia, Panfília, Colossas, Éfeso, Corinto, etc.

povo suburbano, de formação comercial e artesanal²⁰. Mesmo nos centros urbanos, o cristianismo primitivo conserva a casa como o espaço para as reuniões específicas da comunidade, o primeiro núcleo da Igreja doméstica. As reuniões, de caráter bastante simples, eram propícias para nutrir a vida comunitária, acolher os pregadores/missionários itinerantes²¹, servindo como plataforma missionária para a expansão da fé cristã²².

Formadas por pessoas de diferentes camadas sociais, porém com ampla adesão e aceitação por parte dos marginalizados, empobrecidos, artesãos e pequenos comerciantes, as comunidades cristãs não possuíam condições de transformar as estruturas sociais de sua época. Ante à impossibilidade de agir sobre as estruturas da sociedade cabe aos cristãos o exercício, a partir de suas comunidades, da *metanoia*, ou seja, da mudança de mentalidade e do estilo de vida. Do *intra* ao *extra*, assim vai acontecendo a sonhada transformação.

Da *domus ecclesiae* ao modelo paroquial que vigora hoje na Igreja Católica se passaram mais de 1500 anos. A realidade social não só mudou como vem mudando constantemente com a globalização e a sociedade do consumo. “De uma característica familiar, passa para uma realidade de reunião em

20 Cf. Eduardo HOORNAERT, *A memória do povo cristão*, p.39.

21 Com a queda de Jerusalém e a destruição do Templo, no ano 70 d.C., o clima de tensão e as perseguições tomam conta da cidade santa. Neste contexto, os ministérios tais como o temos hoje – diaconato, presbiterado e episcopado – não estavam estruturados em todas as realidades eclesiais. No entanto, em meio as perseguições, nasce um forte movimento missionário itinerante a partir de Antioquia. “Os missionários itinerantes (cf. 1Cor 12,28) exercem um ministério carismático que provavelmente toma toda a sua vida. Trata-se dos apóstolos que não pertencem propriamente ao grupo dos doze (por exemplo Paulo e Barnabé). Responsáveis pela evangelização, eles se deslocam de modo constante [...]” (Jean COMBY, *Para ler a História da Igreja I: das origens ao século XV*, p.58).

22 Cf. Ney de SOUZA, *Da Igreja doméstica à paróquia: aspectos históricos das origens à atualidade da paróquia*, p.162.

grandes massas”²³. Aos poucos percebe-se a diminuição do impulso missionário e o aumento da preocupação sacramental²⁴. Se antes o indivíduo vivenciava um processo de conversão e inserção na comunidade, com a cristandade o indivíduo nasce na Igreja da mesma forma como nasce em uma família, em um país. No entanto, subjacente à realidade paroquial da atualidade, ainda podem ser encontrados vestígios de uma prática anterior. Esta pode nos iluminar para enfrentarmos os desafios que devem ser enfrentados pelo processo de evangelização no contexto urbano.

3 A Igreja em um Brasil cada vez mais urbano

Com sua institucionalização, a partir de 313 d.C., a estrutura comunitária da Igreja adota características territoriais, uniformidade no culto, padrões, normas e dogmas. O modelo de organização doméstico se dilui em meio às estruturas que vão sendo fixadas. A diversidade vai cedendo espaço para a uniformidade em nome da “unidade”. Aos poucos o dinamismo missionário dá lugar aos sacramentos. O espaço cristão e o espaço civil se mesclam. A Igreja, antes presente nas periferias, passa a ocupar os grandes centros, recebendo destaque, poder e influência sobre o modo de ser e viver da sociedade ocidental organizada aos moldes rurais.

Libanio recorda que, no meio rural, a vida era organizada em torno de três centros de configuração: a habitação, o trabalho e a religião. O indivíduo geralmente habita e trabalha²⁵

23 Dayvid da SILVA, *Paróquia comunidade de comunidades: olhar o passado, analisar o presente, pensar o futuro*, p.832.

24 Cf. José Antonio SOUZA, 2014, p.165.

25 Fato curioso, esta relação entre trabalho e habitação passou por mudanças ao longo da história. Se no contexto agrário habitação e trabalho encontravam-se em um mesmo espaço geográfico, com a revolução industrial e o crescente êxodo rural para os grandes centros urbanos, estes dois espaços passaram a existir em geografias distintas. No entanto, com o avanço da ciência e da tecnologia muda novamente a configuração destes dois espaços nos quais a vida humana se dá.

em espaços próximos, se não os mesmos. A igreja ergue-se em lugar alto, bem visível, em estilo imponente. A seus pés encontram-se a praça e os setores do poder público²⁶. Neste espaço, os costumes, a cultura, as ações, tudo acaba padronizado, colocando o indivíduo em um estado de permanente fiscalização por meio de um rígido controle social. Este modelo social foi e ainda é idealizado por setores eclesiais como suposto meio favorável para a vivência da fé, da moralidade e a fidelidade ao Evangelho²⁷. No entanto, a estabilidade instaurada pela cristandade viria a mudar radicalmente esse cenário.

3.1 Lógicas da cidade

Com o advento da modernidade e o avanço das ciências, a organização social inicia um processo de mudanças. A modernização trouxe consigo a urbanização e a globalização. A população, antes concentrada no meio rural, migra para o espaço urbano. Esta mudança vai além da mera geografia, atingindo padrões comportamentais, morais e estruturais. O modelo de organização urbana, na pós-modernidade, desestabiliza as bases de uma sociedade cristã. “Deixamos o espaço da sociedade arcaica na sua tranquilidade imutável para uma sociedade [...] agitada, pulverizada, [...] marcada por um projeto emancipador, científico-tecnológico e existencial²⁸”.

Com a revolução da informática, na pós-modernidade, o indivíduo passa a trabalhar em sua casa, atrás de um computador. Além disso, no setor fabril houve uma verdadeira explosão no que se refere a terceirizações. Isso permitiu que as famílias montassem seu próprio negócio, sua microempresa, em casa, mesclando, dessa forma, trabalho e habitação em um mesmo espaço. (Cf. João Batista LIBANIO, *As lógicas da cidade: impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*, p.34).

26 Cf. João Batista LIBANIO, *As lógicas da cidade: impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*, p.31.

27 Cf. José COMBLIN, *Viver na cidade: pistas para a pastoral urbana*, p.14.

28 João Batista LIBANIO, *As lógicas da cidade: impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*, p.29.

Se no modelo social rural a vida estava demarcada a partir de padrões, costumes e normas, no espaço urbano pós-moderno vive-se o pluricentismo simultâneo. Não existem mais espaços demarcados. O indivíduo está na rua e no celular e, simultaneamente, através da tecnologia, encontra-se trabalhando no ambiente de lazer. Percebe-se que os espaços se interpenetram. Esta organização pluriespacial desconstrói os espaços presentes no imaginário popular, seja a igreja, a praça, a família. Impera uma nova ordem social a partir da economia, da vitrine, do mercado, da competitividade, do estado de bem-estar social, do status, das aparências.

A liberdade e a pluralidade influenciam diretamente o modo de pensar e agir do sujeito urbano. Rompe-se com os modelos tradicionais, as estruturas familiares, os costumes do interior, a presença dominadora do clero, as próprias adversidades temporais impostas pela natureza²⁹. Desestabiliza-se o monopólio da religião³⁰, que outrora, no modelo agrário, era professada por um número reduzido de confissões de fé.

A cidade se caracteriza pela lógica da competitividade. “A solidariedade, própria do mundo rural, dissolve-se em ações esporádicas. Substitui-se assim uma cultura da solidariedade por atos descontínuos de ajuda assistencialista”³¹. Surgem dificuldades de relacionamento entre os indivíduos, pois cada um possui a sua religião, sua origem, sua cor, seus costumes³². Se no campo todos se conheciam, na cidade, os vizinhos, além de não se conhecerem, podem aparentar a possibilidade de um perigo em potencial. Homogeneidade, uniformidade, tradicionalismo não são características predominantes neste

29 Cf. DAP, p.30; João Batista LIBANIO, *As lógicas da cidade: impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*, p.37.

30 “O ambiente religioso se torna cada vez mais plural e diversificado” (CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)*, p.38).

31 João Batista LIBANIO, *As lógicas da cidade: impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*, p.38.

32 Cf. José COMBLIN, *Viver na cidade: pistas para a pastoral urbana*, p.19.

espaço. A lógica da cidade é marcada pela frieza das relações com interesses comerciais, pela falta de tempo, pelo cansaço excessivo, pela luta para ganhar uma renda extra a fim de melhorar o orçamento do mês.

O espaço urbano é onde todos vivem juntos, mas ao mesmo tempo, separados, próximos e simultaneamente distantes/isolados. “O urbano consegue o paradoxo de gerar a solidão no meio da multidão”³³. Acentua-se cada vez mais a dimensão individual da existência, chegando ao extremo individualismo³⁴. O anonimato parece tomar conta das relações humanas, perdendo o espírito das relações primárias em um contexto de exaltação das relações funcionais. A fisionomia geográfica aponta para uma intensa segregação social, formada por bairros residenciais que exibem arquiteturas diversas. Uns acessíveis unicamente ao mundo empresarial e outros, na margem destes, habitados por maioria operária. A cidade se expande e a população mais pobre se acumula nas periferias formando as vilas e as favelas. “Os ricos escolhem os lugares privilegiados para morar, enquanto encerram os pobres em regiões inóspitas. Traça-se verdadeira linha divisória entre os bairros”³⁵. Este abismo entre ricos e pobres gera um antagonismo que se expressa através das diferentes formas de violência³⁶.

33 João Batista LIBANIO, *As lógicas da cidade: impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*, p.46.

34 Cf. CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)*, p.36.

35 João Batista LIBANIO, *As lógicas da cidade: impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*, p.43.

36 Entre os ricos, a violência se expressa através de assaltos e disputas por poder, resultado de sistemas corruptos, organizações criminosas vinculadas ao tráfico de armas e drogas. Entre os pobres a violência se torna perceptível sobretudo através de disputas entre facções criminosas vinculadas a assaltos, envolvimento com armas e drogas (Cf. CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)*, p.37).

Hoje podemos nos referir ao modo de vida na cidade como uma cultura urbana que se expande, chegando até o meio rural. “Isso acontece não só porque as pessoas tendem a residir nas cidades, mas também porque o estilo de vida e a mentalidade dos ambientes citadinos se expandem sempre mais, alcançando os rincões mais distantes, com todas as consequências – humanas, éticas, sociais, tecnológicas e ambientais, entre outras”³⁷. O consumismo, o universo do desperdício, o individualismo e a cultura do descartável impõem os valores mercadológicos no modo de ser e agir da população. Busca-se, em primeiro lugar, a satisfação de si, dos desejos despertados pelo mercado. A lógica das coisas passou a reger a relações humanas. “As outras pessoas só têm valor e contam enquanto são úteis e capazes de produzir e oferecer algo”³⁸. O comércio, antes regido segundo as relações primárias, nas quais o vendedor conhecia seu freguês, sede lugar para a lógica das vendas em massa, através das grandes corporações e *shopping centers*.

3.2 A Igreja e a cultura urbana

A fé que no modelo regido pela cristandade foi passada de geração a geração, resultando em uma sociedade aparentemente cristã, agora é questionada e necessita passar pelo crivo do convencimento. Em muitas situações os sacramentos tornaram-se apenas ritos sociais. A catequese, em sua configuração de aula, aparece no imaginário popular como obrigação, resultando no enfraquecimento da Iniciação à Vida Cristã. Fazendo uso de uma linguagem pouco atrativa e significativa para os jovens, a catequese parece não conseguir transmitir a fé às novas gerações³⁹. Assim, as crenças vividas na infância têm

37 CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)*, p.27.

38 Papa FRANCISCO, *Gaudete et Exsultate*, p.69.

39 Cf. DAp, p.56.

cada vez menos importância⁴⁰. “O indivíduo está no centro da decisão”⁴¹. Se uma religião cai na passividade, assumindo como metodologia de abordagem a pastoral de manutenção, fechando-se em seu passado e esquecendo ou ignorando as exigências de um novo caminho evangelizador que dê conta do dinamismo e da pluralidade do espaço e da cultura urbana, acaba fadada ao esquecimento.

A Igreja enfrenta o desafio da transformação integral da fé no interior de uma cultura urbana que se transforma rapidamente⁴². Diante destas exigências do cenário pós-moderno, certos seguimentos da igreja facilmente pendem para uma pastoral eventista, que priorize a realização de eventos, celebrações shows, enfatizando sentimentalismos para atrair o interesse dos fiéis e assim fazer frente às novas crenças que surgem a todo momento e em todo lugar. A Igreja parece não conseguir organizar sua ação pastoral para que tenha incidência nas realidades periféricas, tomadas pelos movimentos neopentecostais. A linguagem utilizada pelo clero, residente nos centros do meio urbano parece não se identificar com a realidade vivida nas periferias. O imediatismo e a barganha com o sagrado em uma relação de troca e venda tornaram-se comuns.

No espaço urbano, as imponentes construções eclesiais, vistas de longe, em tempos de outrora, agora, em meio aos grandes centros, desaparecem entre os edifícios. Aos poucos perdeu-se o caráter sagrado do templo, tornando-se apenas mais um ponto turístico no meio urbano, que acolhe as pessoas a fim de satisfazer suas curiosidades e não mais para rezar. Comunidades pequenas, grupos de reflexão bíblica, encontros

40 Cf. COMBLIN, *Viver na cidade: pistas para a pastoral urbana*, p.40.

41 João Batista LIBANIO, *As lógicas da cidade: impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*, p.54.

42 Cf. CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)*, p.27.

de famílias para preparação ao natal e a páscoa são características do mundo rural que aos poucos vão desaparecendo do espaço urbano. As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, fomentadas e organizadas a partir das Conferências do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968) e Puebla (1979) perdem seu papel de articuladoras da vida comunitária de base, diluindo-se em meio à mentalidade do mundo urbano. Algumas, para sobreviver, acabam fechando-se sobre si mesmas, resistindo ao impacto da sociedade neoliberal, mas consequentemente impedindo-se de acompanhar os avanços sócio-eclesiais, prendendo-se a um saudosismo do passado.

A explosão populacional dos centros urbanos contrasta com a diminuição do número de sacerdotes ordenados⁴³ pela Igreja Católica. A figura dos agentes de pastoral parece sofrer com a resistência e não aceitação popular. Esta é movida pelo pensamento centralizador de responsabilizar apenas a figura do presbítero sobre a missão evangelizadora. A mentalidade comunitária, própria e necessária no meio rural, desaparece. A religião passa do caráter comunitário ao individual. Os fiéis cada vez menos se sentem comprometidos com a Igreja. Não se sentem Igreja, mas apenas pertencentes a uma determinada denominação. Aqueles, porém, que herdaram das gerações passadas o tesouro da fé, o sentimento de pertença e comprometimento com uma comunidade, vivenciam o drama da sobrecarga imposta pela manutenção das estruturas eclesiais e pela necessidade de um envolvimento pastoral. A situação chega ao limite no momento em que o indivíduo, sobrecarregado, faz uma opção: ou a manutenção da estrutura ou a pastoral. Em geral escolhe a estrutura, restringindo a ação pastoral às liturgias, aos sacramentos, aos devocionismos e pietismos.

43 “O número insuficiente de sacerdotes e sua não equitativa distribuição impossibilitam que muitíssimas comunidades possam participar da celebração Eucarística” (DAP, p.56).

Como dar um passo para além da frieza e do mecanicismo sacramental instaurado na igreja? Como redescobrir o espírito missionário em meio a este novo campo de missão que é a cidade? É possível organizar uma pastoral que transcenda a piedade popular e tenha incidência nestes areópagos hodiernos? Seria possível e viável sonhar com uma nova organização eclesial que supere as barreiras paroquiais estruturadas nestes 1500 anos de história, em um processo de resgate ao modelo comunitário da Igreja primitiva?

4 Comunidades eclesiais missionárias

Ciente destes grandes desafios da cultura urbana, a Igreja Católica, através de sua Conferência Episcopal no Brasil – CNBB convoca suas lideranças, comunidades e pessoas de boa vontade a voltar-se para o espaço urbano como lugar da presença de Deus⁴⁴, espaço de encontro com o Cristo através dos irmãos. A cidade é o espaço da novidade, aberto a incontáveis possibilidades. Diferentemente do contexto rural no qual a cristandade exercia e ainda exerce forte influência a partir do modelo de uma sociedade cristã, na cidade deparamo-nos com o desafio da missão, da evangelização de não-batizados, de pessoas que pouco ou nada tiveram de contato com a Igreja, com as comunidades, com a fé cristã. Neste sentido, a cidade é campo fértil para semente do Reino⁴⁵, espaço propício para “anunciar o amor de Deus, revelado em Jesus Cristo, e partilhar a alegria que se experimenta na conversão e na vida nova, que se abre a partir da comunhão com Ele [...]”⁴⁶.

A pluralidade da sociedade manifesta diferentes experiências de fé em nosso meio. Frente a esta realidade, as Diretrizes da Ação Evangelizadora da CNBB (2019–2023) destacam três

44 Cf. CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019–2023)*, p.19.

45 Cf. *Ibidem*, p.20.

46 *Ibidem*, p.23.

principais experiências, as quais deve-se dar atenção na missão evangelizadora no mundo urbano: aqueles que frequentam regularmente a comunidade e aqueles que conservam a fé católica mesmo sem participar assiduamente; os que foram batizados, mas não vivem segundo sua fé; e por fim, os que não conhecem Jesus Cristo ou o rejeitam⁴⁷. Para enfrentar estes desafios, os bispos, através do documento 109, propõem um retorno às origens do cristianismo, afirmando que, aquele período da história da Igreja permitiu, através da inculturação, que o Evangelho chegasse às diferentes culturas⁴⁸.

Os bispos brasileiros resgatam, do documento da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Aparecida, a proposta de uma ação evangelizadora mediante a ação das pequenas comunidades. Tem-se consciência de que, não raras vezes, o espaço e o momento para evangelizar se restringem às celebrações. No entanto, o número de fiéis que chegam a estas celebrações é bastante limitado, em contraste com a imensidão de distantes⁴⁹. Assim, o desafio para o terceiro milênio está na convocação de leigos missionários, a fim de atingir os espaços *extra ekklesia*, ou seja, o mundo do trabalho, da cultura, da política, das ciências, da arte, da comunicação, da economia, da família e da educação⁵⁰.

Ao falar em ação missionária a partir do laicato, os bispos têm a preocupação em não dissociar fé e vida, mas a partir da conjugação de ambas, estimular uma vivência cristã missionária, na qual o Evangelho gere vida e vida em abundância (Jo 10,10). Em Aparecida, os bispos afirmaram: “Necessitamos que cada comunidade cristã se transforme num poderoso centro de irradiação da vida em Cristo”⁵¹. Trata-se da incidência da Boa-

47 Cf. *Ibidem*, p.31.

48 Cf. *Ibidem*, p.31.

49 Cf. DAp, p.87.

50 Cf. *Ibidem*, p.88.

51 *Ibidem*, p.166.

Notícia nas raízes estruturais da sociedade, a partir da ação missionária das comunidades eclesiais. Dessa forma, “a tarefa missionária se abre sempre às comunidades, assim como ocorreu em Pentecostes”⁵².

A Igreja enfrenta o desafio de “evangelizar, não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até as raízes, a civilização e as culturas”⁵³. Neste momento da história, frente à mudança de época vivida, deparamo-nos com a incapacidade da paróquia, em sua estrutura e organização atual, no cumprimento da missão evangelizadora exigida pelo mundo pós-moderno urbanizado e globalizado⁵⁴. Percebe-se, cada vez mais, a necessidade de romper com a velha e cômoda pastoral de manutenção/conservação e as estruturas ultrapassadas que não favorecem mais para a transmissão da fé⁵⁵.

A missão da Igreja é anunciar a Boa-Notícia, proporcionando uma experiência querigmática através do encontro com o Mestre⁵⁶. Este primeiro anúncio, esta experiência é momento de intimidade, de confiabilidade, de entrega que gera discipulado. Como vimos anteriormente, na Igreja dos primeiros séculos, esta vivência se dava no âmbito doméstico, pois a comunidade se tornava uma extensão da família. “A casa era lugar de reconhecimento mútuo. [...]. Não bastava fazer parte da casa, era necessário promover outro tipo de relacionamento entre as pessoas, tornando-as mais fraternas”⁵⁷. Esta fraternidade gera vida, a tal ponto que não haviam necessitados entre eles (At 4).

52 *Ibidem*, p.87.

53 Papa PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, p.15.

54 Cf. CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)*, p.45; DAp, p.87.

55 Cf. *Ibidem*, p.44.

56 Cf. *Ibidem*, p.19.

57 *Ibidem*, p.48.

Seguindo o espírito das primeiras comunidades cristãs, os bispos do Brasil propõem um retorno a este modelo de vida comunitária através de comunidades eclesiais missionárias. Estas não constituem um novo organismo que venha aumentar o número das estruturas a serem mantidas. Antes, trata-se da conversão pastoral da paróquia para a realidade do mundo urbano. É uma forma de romper com o isolamento, fomentar a integração e a aproximação entre as pessoas, conservar a unidade ao redor da mesa eucarística, estimular a vivência da Palavra de Deus através de círculos bíblicos, aprofundar a prática da oração, da fraternidade e da caridade a partir da missionariedade.

4.1 A conversão pastoral da paróquia

A conversão pastoral paroquial não é algo simples. Ela supõe passar de uma pastoral que se ocupe apenas com atividades eclesiais internas para um modelo pastoral de diálogo com o mundo⁵⁸. Em outras palavras, significa dar prioridade ao anúncio do Evangelho e ao impacto deste na sociedade. Não se trata de uma modernização eclesial, mas da busca de maior fidelidade a Cristo. Para tanto, a conversão deve ser total e não apenas parcial, atingindo os leigos, o clero e a estrutura.

A sonhada transformação será resultado da conversão pastoral dos leigos. A exemplo das comunidades primitivas, a proposta de comunidades eclesiais missionárias resgata e estimula o protagonismo dos leigos e leigas a frente dessas Igrejas domésticas, como colaboradores (Rm 16,3-5). Em sintonia com o Concílio Vaticano II, “os leigos devem tomar parte ativa em toda a vida da Igreja, não devem apenas impregnar o mundo com o espírito cristão, mas são também chamados a ser testemunhas de Cristo, em todas as

58 Cf. CNBB, *Comunidade de comunidades, uma nova paróquia: A conversão pastoral da paróquia*, p.37.

circunstâncias, no seio da comunidade” (GS p.188). Dessa forma, o cristão é chamado ao discipulado⁵⁹, sendo sal da terra e luz do mundo (Mt 5,14-16).

A transformação será, sobretudo, resultado da conversão do clero. A missão do ministro ordenado não está mais no âmbito do fazer, mas sim, do animar, do estimular, do conduzir e orientar, permitindo que cada comunidade desenvolva sua própria caminhada sem perder a unidade com a universalidade da Igreja. Esta conversão pastoral do ministro ordenado implica na valorização dos ministérios leigos, dos conselhos paroquiais de pastoral e assuntos econômicos, nos agentes de pastorais, etc.

A transformação será resultado também da conversão das estruturas. Isso implica em uma compreensão de que a estrutura está a serviço das pessoas e da pastoral e não o contrário. E, para uma boa convivência eclesial as decisões devem ser tomadas não de forma vertical, mas mediante a participação da comunidade, respeitando e valorizando as contribuições de seus membros. A Igreja latino-americana aderiu à proposta do Documento da Conferência de Santo Domingo, em “promover os Conselhos de Leigos, em plena comunhão com os pastores e adequada autonomia, como lugares de encontro, diálogo e serviço, que contribuam para o fortalecimento da unidade, da espiritualidade e organização do laicato”⁶⁰. Assim, as comunidades eclesiais missionárias não precisam depender de uma sede social, mas podem surgir nas ruas, condomínios, edifícios, bairros, aldeias, vilarejos, salões comunitários, capelas, espaços públicos, etc.

Enquanto Igrejas domésticas, as comunidades eclesiais aqui sonhadas constituem o espaço do encontro, da ternura, da

59 “Os leigos, porém, são especialmente chamados para tornarem a Igreja presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias onde apenas através deles ela pode chegar como sal da terra. Assim, todo leigo, em virtude dos próprios dons que lhe foram conferidos, é ao mesmo tempo testemunha e instrumento vivo da própria missão da Igreja ‘na medida do dom de Cristo’ (Ef 4,7)” (LG, p.79).

60 CELAM, *Santo Domingo*, p.96.

familiaridade e do acolhimento. Sua identidade e diferencial está na semelhança às primeiras comunidades cristãs, alicerçadas a partir de quatro pilares: a Palavra, a Eucaristia, a Caridade e a Ação Missionária. Dessa forma, a comunidade expressa sua missionariedade ao assumir o compromisso de colaborar para garantir a dignidade do ser humano e a humanização das relações sociais⁶¹.

4.2 Os pilares das Comunidades Eclesiais Missionárias

O documento 109 apresenta as comunidades eclesiais missionárias utilizando-se da imagem alegoria de uma casa. A casa é a Igreja que está onde as pessoas se encontram, independente do vínculo territorial, geográfico ou de moradia⁶². Ela remete à experiência do lar, ambiente onde a vida se dá, no qual encontramos nossas referências e nos sentimos acolhidos e protegidos. Esta casa é sustentada por quatro grandes pilares que merecem atenção especial: a Palavra, o Pão/Eucaristia, a Caridade e a Ação Missionária.

A comunidade eclesial missionária é alicerçada sobre a Palavra de Deus. Ao falar da Palavra também falamos sobre a Iniciação à Vida Cristã e a animação bíblica. Em uma realidade na qual o individualismo e o relativismo ganharam força, o espírito comunitário e a vivência da fé perderam espaço. Nas casas, a Bíblia quando exposta, aparece mais como um amuleto de proteção do que como a ferramenta de uso diário do cristão. Assim, a proposta de comunidades eclesiais missionárias colabora para uma relação de proximidade entre os membros desta nova comunidade, favorece a Iniciação à Vida Cristã a partir dessa relação querigmática que pode ser vivenciada através da familiaridade entre o cristão e a Escritura. A

61 Cf. CNBB, *Comunidade de comunidades, uma nova paróquia: A conversão pastoral da paróquia*, p.99.

62 Cf. *Ibidem*, p.96.

Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a Revelação Divina, recorda que a Palavra é a fonte pura e perene da vida espiritual do cristão (DV, p.137). Dessa forma, a partir dos círculos bíblicos, da leitura orante, da liturgia da Palavra, a comunidade se aproxima das Escrituras e se alimenta (DV p.135) para enfrentar os desafios da missão evangelizadora.

A comunidade eclesial missionária se sustenta e conserva sua unidade através da Eucaristia. “A Eucaristia é o momento principal da vida comunitária, pois é sacramento de comunhão e reconciliação”⁶³. Se durante a semana as pequenas comunidades eclesiais missionárias se reúnem para meditar a Palavra de Deus, partilhar a vida, estudar algum tema de relevância comum, aos domingos elas se somam umas às outras, formando a grande comunidade cristã em torno da Eucaristia. O domingo, na tradição da Igreja, é o dia reservado para o Senhor, dia da reunião das comunidades eclesiais com a comunidade maior, ao redor da mesa eucarística. No entanto, para uma boa participação eucarística é indispensável uma cultura do acolhimento, flexibilização de horários, uma boa pastoral litúrgica⁶⁴ que se preocupe com a preparação de uma liturgia na qual o fiel seja conduzido a mergulhar no mistério pascal.

A comunidade eclesial missionária é alicerçada sobre o pilar da Caridade como manifestação do cuidado com o irmão, promovendo a vida. A caridade é essencialmente a vivência do *ágape*, a exteriorização da Palavra e da Eucaristia em práticas concretas que colaborem na edificação do Reino. No entanto, a vivência da caridade não pode ser confundida com

63 CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)*, p.98.

64 Almeida nos recorda que “entre a missa show e a missa tédio há um espaço para missas que valorizem a assembleia, que deem espaço para o diálogo, para uma boa homilia, para cantos envolventes, para símbolos que falem por si mesmos, que deixem os fiéis com vontade de voltar e inspirem o impulso para partir” (*Paróquias, comunidades e pastoral urbana*, p.187).

assistencialismos. A caridade compromete, exige tomada de posição e inserção do cristão nos setores públicos da sociedade em defesa dos pobres, dos marginalizados e da Casa Comum⁶⁵.

A comunidade eclesial missionária é ainda alicerçada sobre o pilar da Ação Missionária⁶⁶. Este, por sua vez, constitui o estado de permanente missão da Igreja. A Ação Missionária implica em superar a pastoral de conservação⁶⁷, adequando a pastoral da Igreja às exigências da realidade. Novos lugares, novos horários, linguagem renovada, são algumas das características apresentadas no documento 109⁶⁸. Hospitais, escolas, universidades, presídios, periferias são alguns espaços do vasto campo da Ação Missionária da Igreja na atualidade. Para tanto, “é urgente superar [...] o atual sistema financeiro da Igreja, ainda centralizador, conservador e clerical”⁶⁹, que, não poucas vezes, comercializa o sagrado e faz da Igreja um clube de sócios. O dinheiro arrecadado de múltiplas formas através das instituições eclesiais deve voltar à sua função originária, conforme a comunidade dos apóstolos, a serviço da evangelização⁷⁰ e ao cuidado dos pobres.

Cada um destes pilares é essencial, fundamental e indispensável. A complementariedade de cada pilar sustenta

65 Cf. CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)*, p.82; CNBB, *Comunidade de comunidades, uma nova paróquia: A conversão pastoral da paróquia*, p.99.

66 “A missão é única e a mesma, mas seus portadores são muitos e diferentes. A missão é de todos e assumida por todos, mas cada um a assume a partir da sua condição existencial concreta – gênero, temperamento, caráter, personalidade, condição social, competência [...]” (José Antonio ALMEIDA, *Paróquias, comunidades e pastoral urbana*, p.188).

67 Cf. DAp, p.169.

68 Cf. CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)*, p.87.

69 José Antonio ALMEIDA, *Paróquias, comunidades e pastoral urbana*, p.191.

70 Os recursos arrecadados deveriam ser investidos em projetos missionários, formações, pesquisas científicas e produção de subsídios formativos, a fim de facilitar e estimular o processo evangelizador.

uma comunidade paroquial formada por múltiplas pequenas comunidades eclesiais essencialmente missionárias, edificadas sobre valores presentes nas comunidades apostólicas. Estes pilares não apenas sustentam o edifício eclesial, mas configuram-se como sinal libertador através dos quais a paróquia revela-se, não como “indústria dos sacramentos”, mas sim família divina, espaço de fraternidade, de abertura e acolhimento, com especial preocupação com os empobrecidos⁷¹. A estrutura se converte em benefício da comunidade favorecendo a vivência da missão cristã de anunciar o Evangelho. Assim, através dessas novas pequenas comunidades eclesiais missionárias é favorecido o espírito de uma Igreja em saída e o cultivo de uma cultura do encontro em meio à sociedade urbana.

Considerações finais

A realidade urbana e a pastoral nas grandes cidades se mostram como desafios exigentes a serem enfrentados e superados. A sensação de emancipação acabou resultando no isolamento social, na cultura do descartável, na individualidade que se torna individualismo. A Igreja torna-se mais uma instituição entre tantas outras. Neste contexto, as relações de cordialidade e solidariedade, próprias do mundo rural, desaparecem. Cada vez mais é comum os vizinhos se desconhecem. Tornam-se raros os casos daqueles que ainda cultivam a cultura da visita. Escondidas em casa, atrás de altas grades para se protegerem, reclusas em apartamentos e em condomínios, as pessoas mal se cumprimentam. Jovens e idosos pouco interagem. A fé, vivida como obrigação, traz poucas respostas quando professada juntamente com o individualismo e a cultura consumista. Neste contexto, a proposta de pequenas comunidades eclesiais missionárias favorece o resgate do

71 Cf. José Antonio ALMEIDA, *Paróquias, comunidades e pastoral urbana*, p.184.

contato entre as pessoas, desafiando os cristãos a, novamente, aprenderem a conviver, respeitar e acolher o diferente.

A ideia de uma Igreja das Casas promove a consciência fraterna, pois abrir a casa para o acolhimento do outro significa abrir a família, expor a vida, desarmar-se assumindo a postura do acolhimento. Não se trata apenas de um movimento físico/material, mas há um contexto que envolve as pessoas. Dessa forma, a casa se molda para acolher o encontro, vivenciando o momento. Toda a família é envolvida. Aos poucos os vizinhos vão se convidando um ao outro, as pessoas vão tomando conhecimento das realidades familiares a sua volta, o que favorece a prática da fraternidade e da caridade com aqueles que enfrentem momentos de dificuldade. É a dinâmica de uma Igreja que vai ao encontro, que não tem medo de sair, se expor, de professar a sua fé, de cair, de se machucar pelo Evangelho e pelo irmão. Quando estas comunidades são formadas por grupos de afinidade, seja por proximidade espacial, pertença a algum movimento, grupo ou comunidade eclesial de base, a convivência e a relação com a Palavra de Deus favorecem ainda a redescoberta do carisma do grupo, a renovação do grupo, lançando-o para a missão de anunciar Jesus Cristo.

No entanto, este projeto de pequenas comunidades eclesiais missionárias não surgirá de forma espontânea, tão pouco magicamente. Antes, será fruto do despertar de uma espiritualidade missionária sólida, fundamentada na Sagrada Escritura, em plena comunhão com a Igreja local, necessitando do apoio e do amparo do clero. Trata-se de um processo que implica a conversão pastoral da paróquia, impregnando os planos de pastorais paroquiais, das dioceses, das pastorais, formando as comunidades como autênticas discípulas missionárias de Jesus Cristo.

Referências Bibliográficas

- AGUIRRE, Rafael. *Del movimiento de Jesus a la Iglesia Cristiana: ensayos de exégesis sociológica del cristianismo primitivo*. Estella: Verbo Divino, 2001.
- ALMEIDA, José Antônio. *Paróquias, comunidades e pastoral urbana*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Antigo e Novo Testamento. São Paulo: Paulus, 2002.
- CELAM. *Texto conclusivo da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. Documento de Santo Domingos. São Paulo: Paulus, 1992.
- _____. *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Documento de Aparecida. São Paulo: Paulus, 2007.
- CNBB. *Comunidade de comunidades, uma nova paróquia: A conversão pastoral da paróquia*. Documento 100. São Paulo: Paulinas, 2014.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)*. Documento 109. Brasília: Edições CNBB, 2019.
- _____. *Iniciação à Vida Cristã: itinerário para formar discípulos missionários*. Documento 107. 2 ed. Brasília: Edições CNBB, 2017.
- COMBLIN, José. *Viver na cidade: pistas para a pastoral urbana*. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1996.
- COMBY, Jean. *Para ler a História da Igreja I: das origens ao século XV*. Trad. Maria Gonçalves. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- DEI VERBUM, sobre a Revelação Divina. In: *Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações*. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 121–139.
- DIEKMANN, Leonardo Envall. Concílio Vaticano I: avanço ou retrocesso? Uma leitura da história 150 anos depois. In: *Revista Missioneira*, Santo Ângelo, v.21, n.1, p.49–57, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/missioneira/article/view/3034/1709>. Acesso em: 30 set. 2019.
- FRANCISCO, Papa. *Gaudete et Exsultate: sobre o chamado a santidade no mundo atual*. São Paulo: Paulus, 2018.
- GAUDIUM ET SPES, sobre a Igreja no mundo de hoje. In: *Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações*. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p.143–256.
- HOORNAERT, Eduardo. *A memória do povo cristão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

LIBANIO, João Batista. *As lógicas da cidade: impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*. São Paulo: Loyola, 2001, p.27-55.

LUMEN GENTIUM, sobre a Igreja. In: *Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações*. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p.39-139.

PAULO VI, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi: sobre a Evangelização do mundo Contemporâneo*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1979.

SILVA, Dayvid da. Paróquia comunidade de comunidades: olhar o passado, analisar o presente, pensar o futuro. In: *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*, Petrópolis: Vozes, ano 74, n.296, p.826-846, out./dez. 2014.

SOUZA, Ney de. Da Igreja doméstica à paróquia: aspectos históricos das origens à atualidade da paróquia. In: *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, ano 13, n.83, p.159-172, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/19228/15086>
Acesso em: 20 Set. 2018.

AS DIRETRIZES GERAIS E A AÇÃO SÓCIO-TRANSFORMADORA DA IGREJA NO BRASIL

*Pe. Nelito Nonato Dornelas**

Resumo: As Diretrizes Gerais da Ação evangelizadora da Igreja no Brasil propostas para os próximos anos compreendem como transversalidade a ação transformadora protagonizada pelas comunidades missionárias. São desafiadas a convidar as pessoas da cidade a encontrarem-se com o Jesus misericordioso. Por isso são também motivadas a serem comunidades em saída, para oferecer a vida plena que só Jesus oportuniza. Um dos tantos caminhos que se abre é a prática da caridade segundo o princípio de que rezar e servir, amar e contemplar são realidades indispensáveis para o discípulo e discípula de Jesus Cristo. Pela ação transformadora de um contexto que ameaça a vida humana a evangelização ganha corpo e faz de cada comunidade a casa onde se exercita a caridade e a solidariedade.

Palavras-chave: Diretrizes, evangelização, ação social transformadora, cultura urbana.

1 Diretrizes e evangelização

A grande novidade na prática evangelizadora da Igreja no Brasil foi a elaboração do Plano de Emergência para o triênio de 1962 a 1965, construído durante as sessões do Concílio Ecumênico Vaticano II, em atendimento a um pedido pessoal do Papa São João XXIII. Este Plano contribuiu enormemente para a recepção do Concílio em nosso país que possui dimensões continentais.

Do Plano de Emergência surgiu o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), primeira aplicação da técnica e da pedagogia

* Especialista em Teologia Pastoral, Teologia das Religiões, Psicanálise Clínica e Eneagrama. Presbítero da Diocese de Governador Valadares – MG, Pároco da Paróquia São João XXIII, Assessor das Pastorais Sociais do Regional Leste II da CNBB.

do planejamento à pastoral. À ocasião, a CNBB já havia adquirido uma experiência inicial e um grupo de assessores capazes de elaborar um verdadeiro plano de pastoral. Ele contava com um objetivo e algumas diretrizes gerais, além de programas de ação a ser executados em cinco anos.

A primeira grande avaliação em 1970 mostrou os acertos e as inadequações do PPC, principalmente a impossibilidade de definir um plano concreto para as dioceses. Foi então decidido distinguir Diretrizes e Planos. As Diretrizes valem para quatro anos e são da Igreja no Brasil em todos os níveis. Os planos são diversos, conforme os níveis: nacional, regional e local, de igreja particular. A partir de 1971 as Diretrizes passaram a ser definidas para a vigência de quatro anos, avaliadas em Assembleia Geral da CNBB, adaptadas, renovadas e atualizadas diante de cada contexto sócio cultural e eclesial.

Por ocasião de preparação para o Jubileu do ano 2000, as Diretrizes (1995-1998) deixaram de ser de ação pastoral e passaram a ser diretrizes da ação evangelizadora, expressando a consciência de que diante do rápido processo de mudança na sociedade, as igrejas são desafiadas, muito mais, à sua missão evangelizadora, para fora, do que apenas com o cuidado pastoral.

O estudo das Diretrizes Gerais é o lugar por excelência para compreendermos a caminhada pastoral e evangelizadora da Igreja no Brasil nos últimos cinquenta anos.

A palavra evangelizar está presente em todos os objetivos das Diretrizes, como forma de incorporar as resoluções das Conferências Episcopais do CELAM, desde Medellín (1968) e dos grandes documentos pontifícios. Outros dois elementos importantes são a opção pelos pobres, a formação de comunidades eclesiais e a atuação na sociedade.

O quadro de referência das Diretrizes sempre foram as seis dimensões da evangelização: comunitária participativa, bíblico

catequética, litúrgica, sócio transformadora, ecumênica e missionária. Posteriormente foram traduzidas nas quatro exigências da ação evangelizadora: serviço, diálogo, anúncio, testemunho de comunhão, com atenção à enculturação da fé.

As Diretrizes, revisadas à luz da *Evangelii Gaudium*, ratificam as cinco urgências na evangelização: uma Igreja em estado permanente de missão, casa de iniciação à vida cristã, lugar de animação bíblica da vida e da pastoral, comunidade de comunidades e a serviço da vida plena para todos. Sua espinha dorsal é: fazer missionário cada batizado e toda comunidade eclesial através de uma conversão pessoal, pastoral e ecológica, que se traduza na superação de uma pastoral de conservação e na ruptura com estruturas caducas, que não respondam mais aos desafios enfrentados pela evangelização, num mundo marcado por mudanças rápidas e de alcance global.

As Diretrizes reafirmam a eclesiologia que nasce do Vaticano II, quando lembram a necessidade de toda evangelização partir de Jesus Cristo que é a “fonte de tudo o que a Igreja é e de tudo o que ela crê”, sendo o Reino de Deus sua grande meta. Mostram, ainda, que a Igreja é o lugar do encontro com Jesus Cristo, princípio de toda conversão que leva ao discipulado missionário. Ressaltam as duas atitudes que distinguem o discípulo missionário: a alteridade e a gratuidade. A primeira fundamenta-se na encarnação de Jesus Cristo que faz do outro irmão e irmã. A segunda tem como base a páscoa de Cristo que se imola por nós, unicamente porque é bom e nos ama. Finalmente, recordam que a Igreja existe para evangelizar, por isso deve ser uma Igreja “em saída” que, na vivência e prática da misericórdia, cumpre sua missão com “prudência e audácia, coragem e ousadia”, como pede o Papa Francisco.

As cinco urgências na evangelização tentam responder ao contexto e à realidade em que se encontra a Igreja. Elas se constituem numa espécie de itinerário de presença e atuação da

Igreja no mundo e proporcionam às Igrejas particulares a elaboração de um planejamento pastoral que torna eficaz seu trabalho evangelizador. São como uma engrenagem e devem ser trabalhadas de forma transversal para evitar uma evangelização incompleta e ineficiente. Uma das tarefas das dioceses é descobrir como estas urgências estão sendo respondidas.

2 Objetivo geral da Igreja no Brasil, segundo as Diretrizes para o quadriênio 2019–2023

EVANGELIZAR um Brasil cada vez mais urbano, pelo anúncio da Palavra de Deus, formando discípulos e discípulas de Jesus Cristo, em comunidades eclesiais missionárias, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, cuidando da Casa Comum e testemunhando o Reino de Deus rumo à plenitude.

As (arqui)Dioceses do Brasil estão em processo de avaliação e de atualização de seus planos de evangelização para o quadriênio 2019–2023. As referências para essa avaliação são a realidade de cada Igreja particular e as Diretrizes Gerais de Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

Este processo avaliativo e de planejamento foi assim expresso pelos Bispos da América Latina em Puebla: “A ação pastoral planejada é a resposta específica, consciente e intencional às exigências da evangelização. Deverá realizar-se num processo de participação em todos os níveis da comunidade e pessoas interessadas, educando-as numa metodologia de análise da realidade, para depois refletir sobre essa realidade do ponto de vista do evangelho e optar pelos objetivos e meios mais aptos e fazer deles um uso mais racional na ação evangelizadora” (Puebla 1307).

Na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (n.120), o Papa Francisco afirma que “cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de

instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização, e seria inapropriado pensar em um projeto de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto que o resto do Povo fiel seria apenas receptor das suas ações”.

As atuais Diretrizes reassumiram as cinco urgências da evangelização que agora devem ser sustentadas por quatro pilares: Pilar Palavra para sustentar a Iniciação à Vida Cristã e Animação Bíblica; Pilar do Pão para sustentar a liturgia e a espiritualidade; Pilar da Caridade para sustentar o Serviço à vida plena; Pilar da Ação Missionária para sustentar A Igreja em estado permanente de missão.

Tomando como exemplo a imagem da casa, entendida como lugar de proximidade das pessoas, de vivência e de convivência, mesmo para os que têm a rua como casa, a Igreja em saída quer ser esta casa de portas abertas e lugar de encontro.

A casa indica a proximidade relacional entre as pessoas que nela convivem, bem como a necessidade de a Igreja fazer-se cada vez mais presente nos locais onde as pessoas estão, seja onde for.

Essa casa é a comunidade eclesial missionária. Suas portas estão continuamente abertas para o duplo movimento permanente: entrar e sair. São portas que acolhem os que chegam para partilhar suas alegrias e curar suas dores. Estão igualmente abertas para sair em missão, testemunhando Jesus Cristo e seu Reino, indo ao encontro do outro, especialmente dos pobres e excluídos, os que se encontram nas periferias geográficas e existenciais.

Elas são o lugar da manifestação do rosto misericordioso de Jesus de Nazaré, o peregrino de Emaús. Assim, missão e comunidade são como dois lados da mesma moeda. A comunidade eclesial autêntica é, necessariamente, missionária e toda missão se alicerça na vida da comunidade e tende a gerar novas comunidades. Casa acentua as perspectivas pessoal,

comunitária e social da evangelização, inserindo, no espírito da “Laudato Sí”, o cuidado com a casa comum, a dimensão ambiental e a proteção da criação divina.

Criar lar é criar família, é aprender a sentir-se unido aos outros, superando o utilitarismo e criando laços solidários de relações. Criar lares, casas de comunhão, é permitir que a profecia se encarne no cotidiano da vida e torne as horas e os dias menos rudes, menos indiferentes e menos anônimos. É criar laços que se constroem com gestos simples, diários e que todos podem realizar. No lar necessita-se da colaboração de todos. Ninguém pode ficar indiferente ou alheio, porque cada qual é um tijolo indispensável em sua construção.

Todos somos convocados a dar nossa resposta positiva, nossos sim, ao chamado do Senhor na construção desta casa, conscientes de que “se o Senhor não construir a casa, em vão trabalham os que a constroem e se o Senhor não guardar a cidade, em vão vigia aquele que a guarda” (Sl 127,1).

3 Comunidades eclesiais missionárias que se colocam a caminho

“Saíamos, saíamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada em ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos” (EG 49).

Após a Ascensão de Jesus, o evangelho relata que os discípulos “estavam sempre no templo, bendizendo a Deus” (Lc 24,53). Isso quer dizer que eles ainda não estavam em movimento, eles não haviam tomado consciência de que deviam sair do templo para partir em missão.

Em Pentecostes eles tomaram consciência de que deviam sair do templo para transmitir a todos a força do ressuscitado,

que rompe os espaços atrofiados e os faz viver de portas abertas, em missão, guiados pelo Espírito Santo.

Os discípulos receberam a força do Espírito em um contexto de debilidade e de medo. As portas estavam fechadas, no meio do mundo, por temor. E é no meio desse mundo desafiador e do medo paralisante que o Espírito rompe as portas e destranca as janelas, o que era realidade fechada e assustadora se converte em comunidade em saída, apostólica, missionária.

Com sua presença iluminadora, o Espírito enche a casa onde os discípulos e discípulas se encontravam. Ele não se deixa prender em certos lugares e espaços que dizemos sagrados. Agora sagradas são todas as casas, como espaço privilegiado da ação do Espírito Santo. Ele vem de imprevisto e nos apanha de surpresa, pois nem sempre estamos preparados para deixar-nos conduzir por Ele. O Espírito não suporta esquemas fechados, rompe o que está programado, é um vento de liberdade, fonte de vida e de esperança.

Um vento que sacode nossa casa, que a enche de luz e segue adiante, que traz pólenes de primavera e limpa nossas poeiras, que traz fecundidade e dinamismo para o interior de cada um de nós que o acolhe.

A violência, a injustiça, a intolerância e o preconceito em todas as instâncias da sociedade atual nos enchem de medo, desalento e desesperança. Não vemos saída e preferimos fechar-nos em nós mesmos, em nossos ambientes mofados e práticas religiosas alienadas, esquecendo-nos do grande movimento de vida iniciado por Jesus e conduzido pelo Espírito de vida.

É este mesmo Espírito que age a partir de nosso interior, transpassa as portas do coração e ilumina o entendimento para que compreendamos a novidade do Evangelho e sejamos presença iluminadora no ambiente no qual vivemos.

Viver em estado permanente de Pentecostes é superar nossos medos e nossa fragilidade para construir e ser comunidade da

confiança, que se arrisca na missão, com misericórdia, como fermento no meio da massa levando a todos a alegria do evangelho.

O medo, a obscuridade e o fechamento da casa interior transformam-se, com a presença do Espírito, em paz, alegria e envio missionário. São sinais palpáveis da ação misteriosa e transformadora do Espírito no interior de cada um e da comunidade.

O Espírito ressoa na oração, no engajamento, na comunidade, no trabalho, na história e na esperança de um futuro melhor. Ressoa em cada encontro humano e com cada membro desta casa comum, a criação divina. E, sob seu impulso, amadurecem em cada um de nós aquelas atitudes que nos levam a viver em plenitude, com compaixão, justiça, verdade e amor.

Deixar-se habitar pelo Espírito Santo implica em romper as falsas seguranças que aprisionam nossa vida, derrubar os muros que cercam nosso coração e atrofiam nossa própria existência e construir pontes que nos unem e nos permitam caminhar com segurança.

A comunidade, casa de portas abertas, desarma as pessoas e as capacita a viver a cultura do encontro, da proximidade, da contemplação, da compaixão e da escuta, criando uma relação sadia com todos e com a criação divina, fazendo-nos viver em solidariedade e compromisso ativo e transformador.

Como Igreja nas bases essas comunidades superam a comodidade, o cansaço e a indiferença, conscientes de que cada comunidade cristã deve se transformar num poderoso centro de irradiação da vida em Cristo.

“Esperamos um novo Pentecostes que nos livre do cansaço, da desilusão, da acomodação ao ambiente; esperamos uma vinda do Espírito que renove nossa alegria e nossa esperança” (DAP 362).

Para realizar a missão faz-se necessária a conversão pastoral e ecológica de cada membro da comunidade para que haja sua renovação missionária. Caso contrário, continuaremos surdos e insensíveis ao apelo de nossos irmãos pobres, excluídos, marginalizados e perderemos esta hora de graça, este novo Pentecostes para a vida da Igreja e do mundo.

Esta firme decisão missionária deve impregnar todas as estruturas eclesiais e todos os planos pastorais e toda nossa ação evangelizadora.

“Nenhuma comunidade deve isentar-se de entrar decididamente, com todas as suas forças, nos processos constantes de renovação missionária e de abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé” (DAp 365).

Trazendo a missão em nosso coração e em nossa alma é que seremos capazes de assumir o projeto de Aparecida e ampliar a consciência e as práticas ministeriais da Igreja.

4 Comunidades que se articulam para as práticas da caridade

Na fé cristã, a espiritualidade está centrada na capacidade de amar a Deus e ao próximo. Rezar e servir, amar e contemplar são realidades indispensáveis para o discípulo e discipula de Jesus Cristo. Sem oração não existe vida cristã autêntica. Sem caridade, a oração não pode ser considerada cristã, como nos recorda o Papa Francisco: Diga-me como rezas, que te direi como tu vives. Diga-me como tu vives, que te direi como tu rezas!

Quando se contempla Deus percebe-se a beleza do pequeno e do simples, e se educa o olhar para ver as necessidades do outro. Somente um olhar interessado pelo destino do mundo e do ser humano permitirá experimentar a dor pela situação que rege a história, mas que é superada pelo amor de Deus que a

envolve. Somente contemplando o mundo com os olhos de Deus é possível perceber e acolher o grito que emerge das várias faces da pobreza e da agonia da criação.

A Igreja reza, em sua liturgia, dirigindo-se ao Pai, recordando que Jesus “sempre se mostrou cheio de misericórdia pelos pequenos e pobres, pelos doentes e pecadores, colocando-se ao lado dos perseguidos e marginalizados. Com a vida e a palavra anunciou ao mundo que sois Pai e cuidais de todos como filhos e filhas”. Igualmente, suplica: “Dai-nos olhos para ver as necessidades e os sofrimentos dos nossos irmãos e irmãs; inspirai-nos palavras e ações para confortar os desanimados e oprimidos; fazei que, a exemplo de Cristo, e seguindo o seu mandamento, nos empenhemos lealmente no serviço a eles.”

As questões sociais, a defesa da vida e os desafios ecológicos da atual cultura urbana globalizada têm que ser enfrentados pelas nossas comunidades numa postura de serviço, diálogo, respeito à dignidade da pessoa humana, defesa dos excluídos e marginalizados, compaixão, busca da justiça e do bem comum e cuidado com o meio ambiente. Trata-se de “chorar com os que choram” (Rm 12,15). “Saber chorar com os outros: isto é santidade”.

“Não podemos ser uma Igreja que não chora à vista destes dramas dos seus filhos jovens. Não devemos jamais habituar-nos a isto, porque, quem não sabe chorar, não é mãe. Queremos chorar para que a própria sociedade seja mais mãe, a fim de que, em vez de matar, aprenda a dar à luz, de modo que seja promessa de vida. Choramos ao recordar os jovens que morreram por causa da miséria e da violência e pedimos à sociedade que aprenda a ser uma mãe solidária”.

A Igreja anuncia o “evangelho da paz” (Ef 6,15), que é Jesus Cristo em pessoa (Ef 2,14). Isso significa não ignorar nem deixar de enfrentar os desafios da violência explícita ou institucionalizada pelas injustiças sociais, tarefa profética que exige ação de denúncia e anúncio, sendo voz dos sem voz, mas,

também, promovendo atitudes de não-violência.

“Aprendeis a fazer o bem: buscai o direito, socorrei ao oprimido, fazei justiça para o órfão, defendei a causa da viúva” (Is 1,17).

A solidariedade com quem sofre as consequências do desemprego e do trabalho precário é uma expressão importante de caridade, devendo se manifestar pela atuação organizada dos cristãos leigos e leigas. A caridade se expressa no empenho e na atuação política dos cristãos e das Comunidades Eclesiais: “A caridade deve animar a existência inteira dos fiéis leigos e, conseqüentemente, também a sua atividade política vivida como caridade social”.

O Papa Francisco insiste numa “Igreja pobre para os pobres”. Trata-se de superar as ambições, o consumismo e a insensibilidade diante do sofrimento dos outros. Afirmou Bento XVI: “A opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica, naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com a sua pobreza”.

O Evangelho é claro: O Senhor convidou-os, ide em frente! E isto significa que o cristão, a cristã é um discípulo do Senhor que caminha, que vai sempre em frente.

Ninguém pode exigir de nós que releguemos a religião a uma intimidade secreta de pessoas, sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar com a saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam aos cidadãos.” (EG 183)

Conclusão

As Diretrizes apresentam a consciência de que a Igreja deve ser a Casa, a Casa Comum sustentada pela Palavra, pelo Pão, a Caridade e a Missão. Esta casa é o lugar de saciar nossas sedes. Diante da samaritana, Jesus pediu: “Dá-me de beber” (Jo 4,7). Jesus tem sede da entrega confiante a Ele de nossas

comunidades eclesiais e de nosso empenho missionário e social. Ele deseja uma Igreja servidora, samaritana, pobre com os pobres.

Ao assumir a imagem da Casa, estamos pensando na mesa, na família e na vida comunitária. Na mesa está a comida e o melhor tempero da refeição humana é a presença do outro, da outra. Quanto mais profunda a relação e a intimidade entre os convidados à mesa, tanto mais saboroso será o alimento. E quanto maior o número de pessoas à mesa maior se torna o clima de encontro e alegria.

O compromisso social e comparado a uma festa. A festa é o lugar para saciar uma fome muito mais oculta e profundamente humana: a necessidade de estar juntos, de sentir o calor de outras pessoas, de ouvir suas histórias e contar as nossas, de trocar experiências vividas. Se a comida combate a fome material, a festa combate a fome existencial, espiritual. O comer humano tem um caráter sagrado, que implica num ritual, na liturgia da alimentação, que requer um certo número de protagonistas, em geral escondidos nos bastidores da cozinha.

Jesus, o profeta da Galileia, assumiu sua missão em meio às pessoas, de forma alegre, promovendo e aceitando convites para encontros festivos, sendo até chamado de “comilão e bebedor”. Foi assim nas bodas de Caná, na multiplicação dos pães e na última ceia.

Jesus é o profeta itinerante de Nazaré, que se comove e se compadece das “multidões cansadas e abatidas, como ovelhas sem pastor”, sobrepondo a misericórdia e o perdão sobre o julgamento e a condenação.

A ação evangelizadora consiste em formar comunidades missionárias que, pela vivência da comunhão assumam o compromisso de compartilhar bens, ideias, sentimentos e ações. No partir do pão, fazendo memória de Jesus, pão repartido para a vida do mundo, tornem-se pão para alimento da humanidade. As orações em comum devem levá-las a conectarem-se à fonte da

vida e do amor e serem impleidas a realizar o projeto do Reino de Deus na prática da solidariedade com a comunidade interna e externa.

As Comunidades Eclesiais Missionárias tornam-se um espaço estruturador do elemento religioso na sociedade, tanto a nível pessoal quanto cultural. Elas capacitam seus membros a encontrar o seu próprio caminho na busca da realização pessoal, vivido em comunidade, tendo sempre a pessoa de Jesus e o Reino como referências. Elas promovem ações afirmativas de raça, gênero, etnia, buscando respostas às inúmeras angústias e dilemas humanos que desafiam a vivência da fé. Elas possibilitam uma nova reconstrução do tecido eclesial e social.

Essas comunidades, a partir da mística cristã e fundamentada na ética para a convivência humana, educam para a cidadania, o direito à diferença, à igualdade, à tolerância, à diversidade em todas as suas manifestações, como reconhecimento ao direito de existir, na vivência do ecumenismo e do diálogo inter-religioso, na convivência com a pluralidade, respeito ao outro, autonomia e liberdade.

Elas despertam em seus membros a consciência ecológica, a proteção ao meio ambiente, o cuidado com a casa comum, articulando-se aos movimentos que lutam em defesa e proteção ambiental, a partir de sua consciência espiritual e social.

Elas valorizam todas as instâncias catequéticas, de evangelização, de iniciação a vida cristã, de ações afirmativas de cidadania, na garantia e promoção de direitos civis e sociais como a defesa do código do consumidor, do estatuto das crianças e dos adolescentes, dos idosos, da juventude e da cidade e na participação nos conselhos de cidadania.

Essas comunidades promovem encontros desportivos, atividades teatrais, momentos recreativos e lúdicos, a partir dos quais despertam para o engajamento comunitário, o estudo da bíblia e para atividades pastorais.

Referências Bibliográficas

BIBLIA SAGRADA. Tradução Oficial da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.

CELAM. *Documento de Puebla*. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da IIIª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. São Paulo: Paulinas, 1979.

_____. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulus, 2007.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium – A Alegria do Evangelho: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus e Loyola, 2013 (Documentos Pontifícios, 17).

SÍNODO PARA A AMAZÔNIA

Desafios e perspectivas para a construção de novos caminhos

*Rodrigo Fadul Andrade**

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre Sínodo para a Amazônia, seus desafios e perspectivas. O Sínodo se insere num contexto no qual a Igreja tem dedicado atenção especial para as questões socioambientais, com orientações específicas que têm direcionado as ações de evangelização e os trabalhos pastorais na Amazônia e em outras regiões. O discurso católico de valorização e reconhecimento das causas socioambientais encontra raízes na história da própria Igreja que, ao longo dos anos, se mostrou próxima das causas sociais, pastorais e ambientais. O caminho sinodal, trilhado em conjunto com os povos amazônicos, permitiu que a Igreja escutasse diferentes vozes, sujeitos, realidades e contextos, em toda a Pan-Amazônia e em outras partes do mundo. Escutar foi o primeiro passo para a construção dos novos caminhos, que resultou em um robusto material que deverá ser estudado nos próximos anos. Após escutar, discernir e dialogar, a Igreja inicia uma nova etapa conhecida como “pós-Sínodo”. As orientações para a continuidade desta caminhada indicam que a Igreja buscará consolidar a sinodalidade em suas ações, revisando sua atuação, dialogando com os povos locais e cuidando da casa comum. Uma conversão ecológica integral, com enfoque em quatro dimensões: pastoral, cultural, ecológica e sinodal.

Palavras-chave: Sínodo; Amazônia; Igreja; Escuta;

1 Igreja e Amazônia: os antecedentes do Sínodo

O Sínodo dos Bispos é uma instituição eclesiástica criada pelo Papa Paulo VI no ano de 1965 e representa um importante legado do Concílio Vaticano II. Podemos definir o significado

* Doutor em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – PPGAS/UFAM. Especialista do Observatório de Evangelização da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Assessor da Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM/Brasil.

de um Sínodo como “caminhar juntos”, ou seja, bispos, padres, religiosos e religiosas, leigos e leigas, todos trilhando o mesmo caminho em sintonia com o Papa.

O Sínodo dos Bispos especial para a Amazônia, convocado pelo Papa Francisco em 2017 e realizado em 2019, aconteceu em um momento significativo para a Igreja católica, povos amazônicos e para toda a humanidade. Ao longo dos últimos anos a Igreja tem colocado a preocupação socioambiental como um dos temas prioritários de sua ação evangelizadora, presente nos documentos oficiais, discursos de lideranças e iniciativas pastorais.

A incorporação da pauta socioambiental ao discurso oficial católico adquiriu força, sobretudo, com o lançamento da carta Encíclica *Laudato Si'*, no ano de 2015. Inspirada na postura fraterna de São Francisco de Assis, a Encíclica promulgada pelo Papa Francisco propõe uma abordagem integral da realidade ambiental, que implica em diálogo permanente com outras dimensões da vida em sociedade. O Papa reconhece que estamos vivendo uma “única e complexa crise socioambiental”, na qual precisamos buscar alternativas para a promoção da dignidade humana e combate à pobreza, aliadas ao cuidado com a natureza.

A ecologia integral é um dos caminhos apontados por Francisco como alternativa para a superação da crise socioambiental. Este conceito está cada vez mais presente nas iniciativas católicas e exige atitudes consistentes, que implicam em mudanças no estilo de vida e nas formas de relacionamento com toda a criação. A *Laudato Si'* aponta que a inspiração para a vivência desta prática pode ser encontrada nos modos de vida dos povos originários.

Outro fato significativo que reforça a prioridade socioambiental da Igreja foi a criação da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), no ano de 2014. A REPAM foi criada a partir de intenso diálogo entre o Conselho Episcopal Latino-

americano (CELAM), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Secretariado da América Latina e Caribe da Cáritas (SELACC) e a Confederação Latino-americana e Caribenha de Religiosos e Religiosas (CLAR), que viram a necessidade de articular esforços, processos e ações evangelizadoras que considerem a presença e atuação da Igreja na Amazônia.

Apesar de ser anterior a *Laudato Si'*, a REPAM dialoga intimamente com a Encíclica e tem construído novos processos formativos, projetos e ações com incidência junto às demais instituições presentes no território amazônico. A articulação da missão eclesial em rede, pressupõe uma nova forma de organização e trabalho das instituições e seus agentes.

A perspectiva da eclesialidade permite que esta nova frente evangelizadora da Igreja católica adquira dimensões plurais e diversas, em diálogo com populações, movimentos, organizações e demais instituições em diferentes frentes de trabalho, presentes nos nove países da Pan-Amazônia: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Brasil, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela. Muito embora a *Laudato Si'* e a REPAM sejam recentes e representem esforços significativos da Igreja Católica em dialogar sobre a realidade socioambiental e amazônica, estas temáticas já fazem parte do discurso católico há bastante tempo.

A opção preferencial pelos pobres, assumida pela Igreja da América Latina na conferência de Medellín (1968) e reforçada em Puebla (1979), conferiu à Igreja do Continente uma nova postura no processo de evangelização. A ação pastoral católica passou a estar mais presente nas realidades do território, reconhecendo as diversidades étnicas, culturais e sociais e atuando a partir delas. Desde aquele período, a Igreja latino-americana já demonstrava sua preocupação com a Amazônia.

O episcopado da Igreja do Brasil tem dedicado frequentes reuniões para refletir sobre a realidade amazônica, sua presença

e atuação na região. Um dos encontros mais representativos, que reuniu Bispos da Amazônia brasileira para refletir sobre a realidade local, se deu no ano de 1972 na cidade de Santarém/PA. O documento final resultante daquele encontro tornou-se uma importante referência para a Igreja da Amazônia, tratando sobre a realidade socioambiental e a vida dos povos da região, em especial a dos indígenas.

A Igreja passou a direcionar seu processo formativo e pastoral para realidade das populações locais, dialogando com as culturas e o território. Os reflexos da mudança de postura da Igreja se configuraram, entre outras coisas, em ritos religiosos cada vez mais inculturados e em uma atuação pastoral que fala diretamente do cotidiano das pessoas, no qual vida e território estão interligados.

Outro momento que marcou o encontro de Santarém foi a mensagem enviada pelo então Papa Paulo VI, hoje Santo da Igreja, aos Bispos da Amazônia. A célebre e profética frase “Cristo aponta para a Amazônia” demonstrou a comunhão do Papa e a unidade da Igreja com os povos da região.

Cabe destacar que, naquele contexto da década de 1970, tivemos a criação de três organismos católicos importantes na história da Igreja brasileira: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Estas instituições tiveram atuação significativa ao lado dos povos amazônicos naquele período, intensificando a presença da ação evangelizadora católica no cotidiano das populações, sobretudo nas décadas de 70 e 80, período que o Brasil passava pela ditadura militar.

A atuação e presença das CEBS, CPT e CIMI em diferentes contextos da sociedade brasileira, reforçaram o posicionamento da Igreja em favor de grupos sociais em situação de vulnerabilidade, muito embora este não seja um tema de consenso entre os católicos. O trabalho destes grupos e de outras organizações que atuam no Brasil, reforçam a

necessidade de ampliar a reflexão sobre direitos humanos e sociais no país, inclusive na Amazônia.

A Igreja Católica continuou trabalhando a perspectiva socioambiental e amazônica em diversas outras atividades no Brasil e na América Latina. A Campanha da Fraternidade, promovida todos os anos pela CNBB no período da quaresma, já abordou temas como terra (1986); povos indígenas (2002); água (2003); Amazônia (2007); vida no planeta (2011); casa comum, nossa responsabilidade (2016) e biomas brasileiros (2017), ampliando a reflexão sobre estes temas em diferentes espaços eclesiais.

Em 2003 a CNBB criou uma comissão especial para a Amazônia, dando importantes passos para fortalecer a articulação dos Bispos da região. A experiência de organização da Igreja brasileira e a preocupação dos Bispos da Amazônia em assumir as causas da região, contribuiu para que a Amazônia fosse reconhecida como uma prioridade da Igreja latino-americana.

Na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, realizada na cidade de Aparecida/SP em 2007, os Bispos do continente refletiram sobre a importância da Amazônia para a vida no planeta. No número 242 o documento conclusivo daquela conferência orienta:

Crear conciencia en las Américas sobre la importancia de la Amazonia para toda la humanidad. Establecer, entre las iglesias locales de diversos países sudamericanos, que están en la cuenca amazónica, una pastoral de conjunto con prioridades diferenciadas para crear un modelo de desarrollo que privilegie a los pobres y sirva al bien común. Apoyar, con los recursos humanos y financieros necesarios, a la Iglesia que vive en la Amazonia para que siga proclamando el evangelio de la vida y desarrolle su trabajo pastoral en la formación de laicos y sacerdotes a través de seminarios, cursos, intercambios, visitas a las comunidades y material educativo.

As orientações do CELAM para as conferências episcopais da América Latina indicam que a Amazônia deve ser assumida como uma causa preferencial da ação evangelizadora católica, ultrapassando os limites da atuação religiosa. A Igreja reconhece que sociobiodiversidade do bioma amazônico tem importância singular para a garantia da vida no planeta.

A relação entre Igreja e Amazônia se consolida com a postura do Papa Francisco ao tratar o tema. Lembremos que o pontífice é oriundo do episcopado latino-americano e conhece muito bem a realidade local. O então cardeal de Buenos Aires participou da V Conferência do CELAM em Aparecida e foi ele, inclusive, quem coordenou os trabalhos da comissão de relatoria do documento final.

Ao anunciar a convocação do Sínodo para a Amazônia, o Papa afirma que está “atendendo o desejo de algumas Conferências Episcopais da América Latina e de muitos pastores e fiéis de várias partes do mundo¹”. Portanto, o Sínodo se insere num contexto histórico de intensa movimentação eclesial, no qual presença e atuação da Igreja na Amazônia têm sido fundamentais para que se reconheça o protagonismo dos povos da região.

2 Um Sínodo para escutar

O caminho sinodal percorrido desde a convocação até a assembleia geral dos Bispos, em outubro de 2019, proporcionou centenas de encontros de reflexão e escuta das comunidades em toda a Pan-Amazônia, em Roma e em outras localidades. Todo o processo, construído em conjunto com os povos amazônicos, ficou marcado pela escuta.

Escutar foi uma das principais recomendações do Papa aos que participam do processo sinodal. Na constituição apostólica

1 Pronunciamento por ocasião da convocação do Sínodo para a Amazônia, em Roma, no dia 15/10/2017.

Episcopalis Communio (6), Francisco orienta que o “Sínodo dos Bispos deve tornar-se cada vez mais um instrumento privilegiado de escuta do Povo de Deus”. Portanto, pede o Papa aos padres sinodais “antes de mais nada o dom da escuta: escuta de Deus, até ouvir com Ele o grito do povo; escuta do povo, até respirar nele a vontade de Deus que nos chama”.

Segundo o relatório da fase preparatória do Sínodo para a Amazônia, estima-se que mais de oitenta mil pessoas participaram de forma direta e indireta da etapa das escutas sinodais, representando diferentes grupos sociais. Assembleias territoriais, fóruns, rodas de conversas e outros encontros reuniram as vozes de diferentes sujeitos para tratar de um objetivo comum: buscar novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral.

Este objetivo, exposto como tema do Sínodo, expressa um cuidado especial, os novos caminhos precisam contemplar as dimensões: pastoral (Igreja) e socioambiental (ecologia integral), com vistas a promover uma “Igreja com rosto amazônico”, na qual o protagonismo dos povos locais deve ser priorizado.

Durante todo o processo, traçado em conjunto com os povos amazônicos, a realidade local emergiu nas falas dos participantes. Muitas das ameaças sofridas pelos povos amazônicos foram relatadas: aumento do desmatamento, queimadas, extração de madeira, projetos de mineração, garimpo ilegal, avanço do agronegócio, exploração sexual e tráfico de pessoas, entre outras. Sem exclusão, todas desencadeiam conflitos e ameaçam a vida dos povos locais. Boa parte dos problemas identificados estão relacionados com a manutenção de um sistema econômico exploratório, com interesses puramente financeiros.

Por tratar sobre estes temas, o Sínodo passou a ser visto de forma negativa por algumas instituições, sob a justificativa de que estaria abordando questões políticas que não seriam de

interesse da Igreja. O discurso de quem observa o Sínodo de longe, desconhece que, na Amazônia é impossível falar sobre as pessoas sem tratar das ameaças ao território, como indica o Documento Preparatório (50), “a noção de ecologia integral é chave para responder ao desafio de cuidar da imensa riqueza de sua biodiversidade ambiental e cultural”.

A atuação pastoral e presença histórica da Igreja na região elucidam que estes temas sempre foram tratados de alguma maneira, seja pelos organismos de incidência sociopolítica ou mesmo com ações pastorais de evangelização nas comunidades. É necessário, porém, compreender que “a ecologia integral é mais que a mera articulação entre o social e o ambiental” (Documento Preparatório, 53), ela se configura na necessidade de promoção humana integral, no âmbito pessoal, social e ecológico.

O processo sinodal permitiu que a Igreja, além de escutar os clamores da população sobre os problemas sociais, identificasse as fragilidades de sua ação evangelizadora na região. A demanda por maior presença nas comunidades amazônicas exigiu autorreflexão eclesial sobre a forma de organização e estrutura para atender os fiéis, tendo como centralidade a oferta da Eucaristia, elemento central da fé católica.

O *Instrumentum Laboris* (126) indica que “por falta de sacerdotes, as comunidades têm dificuldade de celebrar com frequência a Eucaristia”, problemática recorrente em toda a Pan-Amazônia. O documento recorda os ensinamentos de João Paulo II na *Ecclesia de Eucharistia* (2003), no qual afirma que “a Igreja vive da Eucaristia e a Eucaristia edifica a Igreja”.

Esta situação evidencia um cenário contraditório dentro da Igreja, pois ao mesmo tempo que a doutrina afirma a Eucaristia como alimento espiritual dos fiéis, a Igreja não consegue democratizar seu acesso a todos os católicos. A escassez de sacerdotes, aliada à singularidade geográfica e às dificuldades de locomoção no território contribuem para esta realidade.

O *Instrumentum Laboris* (126) vai além e propõe que o acesso à Eucaristia seja facilitado, entre outras maneiras, com a alteração dos “critérios para selecionar e preparar os ministros autorizados para celebrá-la”, descentralizando esta função que atualmente pertence aos sacerdotes. O tema recupera uma discussão antiga dentro da Igreja Católica, que versa sobre a possível ordenação sacerdotal de homens casados e a inserção de mulheres nos ministérios ordenados.

Vale ressaltar que possíveis modificações nas regras de consagração e distribuição da Eucaristia, implicaria em mudanças na estrutura hierárquica da Igreja Católica. Por outro lado, o que é reivindicado pelas comunidades amazônicas vai além de normas ou doutrinas religiosas. As escutas do Sínodo revelaram que os fiéis sentem a necessidade de maior presença da Igreja em suas comunidades, que se faz principalmente por meio da figura do sacerdote, indivíduo munido de autoridade canônica capaz de responder pela instituição dentro de sua jurisdição.

O que se percebe, no entanto, é uma ausência institucional da Igreja em muitos lugares na Amazônia. Sente-se falta de maior presença do sacerdote nas comunidades rurais e de periferia. Este, muitas vezes, dedica atenção às paróquias urbanas. É inevitável a comparação com as Igrejas evangélicas, que estão presentes nestes territórios com lideranças locais legitimamente reconhecidas pela instituição e pelos fiéis.

Registre-se que, segundo dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos estados da região Norte do Brasil, o número de evangélicos cresceu de 19,8% em 2000 para 28,5% em 2010. Neste mesmo período, foi registrado uma redução no número de católicos 71,3% para 60,6% na região.

Os dados apresentados pelo censo demográfico apontam para uma diminuição do número de fiéis católicos e o aumento de protestantes na Amazônia e em todo o Brasil, o que pode

indicar uma migração de cristãos da Igreja Católica para as diversas Igrejas protestantes. A forma de organização das Igrejas evangélicas prioriza cargos de liderança para pessoas das próprias comunidades, que são estimulados a assumirem a função de pastores e passam a conduzir, com autoridade e autonomia, a Igreja naquela localidade.

O que foi refletido no Sínodo ultrapassa as meras comparações entre a quantidade de fiéis ou de Igrejas entre católicos e protestantes, mas vai além, questionando o modelo organizacional que centraliza o poder eclesial na paróquia e se ausenta das comunidades menores. Esta realidade, porém, não impede que a Igreja continue exercendo sua atividade missionária, pelo contrário, vemos o ascendente protagonismo dos leigos e leigas, assumindo cada vez mais a liderança das comunidades católicas.

Sobre a atuação dos leigos e leigas na Igreja, o *Instrumentum Laboris* (129) recomendou aos padres sinodais maior valorização do “protagonismo dos cristãos leigos e leigas, reconhecendo-lhes seu espaço a fim de que se tornem agentes da Igreja em saída”. Dentro do grupo de leigos destacam-se as mulheres, que representam a maioria das lideranças comunitárias amazônicas.

Apesar de grande parte das temáticas tratadas no Sínodo tenha dialogado com as realidades dos povos indígenas, povos tradicionais e de comunidades rurais, a reflexão sobre o meio urbano também foi contemplada. Entender as cidades e a presença da Igreja no meio urbano é fundamental para compreender a realidade amazônica contemporânea.

De acordo com as estatísticas, a população urbana da Amazônia aumentou de modo exponencial; atualmente, de 70 a 80 % da população reside nas cidades. Muitas delas não dispõem de infraestruturas nem de recursos públicos indispensáveis para enfrentar as necessidades da vida urbana. Enquanto aumenta o número de cidades, diminui o número de habitantes nos povoados rurais (*Instrumentum Laboris*, 71).

Os dados sobre o crescimento populacional nas cidades expõem as fragilidades do meio urbano amazônico, como a concentração das pessoas nas áreas de periferias e a deficiência de políticas públicas. No caso da Amazônia brasileira, quem observa Manaus, no estado do Amazonas e Belém, no estado do Pará, identifica duas grandes cidades que destoam das demais cidades locais e abrigam boa parte da população de seus estados.

A concentração populacional nas capitais é reflexo de uma série de problemas estruturais nas cidades menores, como falta de emprego, oportunidades de qualificação profissional, ausência de universidades, entre outros. Esta realidade impulsiona uma migração das áreas rurais para as urbanas, sobretudo, de jovens. Grande parte daqueles que se deslocam para as capitais são obrigados a se inserir em um novo contexto, morar em áreas periféricas, trabalhar no mercado informal e enfrentar todos os outros desafios e problemáticas de se viver em uma grande cidade.

A Igreja pode ser uma aliada das populações amazônicas na superação destas problemáticas, pois constitui uma importante referência de atuação pastoral e sociopolítica na região. As atividades desenvolvidas pelas pastorais sociais, movimentos e organismos permitem dialogar com outros atores que podem colaborar para a promoção da ecologia integral no meio urbano.

A partir das cidades foi possível tratar de temas como: migração, políticas públicas, educação, mobilidade, tráfico humano, exploração sexual, juventudes, trabalho, entre outros. Temas historicamente discutidos pela Igreja Católica à luz da Doutrina Social da Igreja e dos valores do Evangelho, observados a partir da Amazônia.

3 Da escuta à conversão integral: o pós-Sínodo

Passado todo o processo de escuta, sistematização, reflexões e realização da assembleia sinodal, nos encontramos agora em um novo momento: o pós-Sínodo. Este novo ciclo que se inicia, carrega expectativas e esperanças de todos aqueles que participaram do processo e foram convidados a caminhar junto com a Igreja.

Os primeiros passos para continuar a trajetória construída até agora estão no documento final do Sínodo para a Amazônia. O documento aponta direcionamentos para a Igreja continuar buscando novos caminhos que iluminem sua ação evangelizadora e possibilite a vivência da ecologia integral. Os padres sinodais apontam a necessidade de uma conversão integral, que compreende quatro dimensões: pastoral, cultural, ecológica e sinodal.

Os novos caminhos para a conversão pastoral pressupõem uma Igreja em saída, missionária, que vá ao encontro daqueles que mais precisam. Inspirada na figura da samaritana, o documento propõe uma Igreja amazônica que acolha, estabeleça diálogo ecumênico, inter-religioso e cultural. Uma “Igreja missionária que serve e acompanha os povos amazônicos”, assumam os rostos locais: indígena, camponês, afrodescendente, migrante, jovem e que percorra os caminhos da evangelização urbana.

As bases para uma conversão cultural propõem que a Igreja assumam o rosto dos povos amazônicos, “que se encarna no seu território, que evangeliza e abre caminhos para que os povos se sintam acompanhados em diferentes processos da vida evangélica” (Documento final do Sínodo para a Amazônia, 42). Que valorize e respeite as culturas, os ritos locais e promova diálogo intercultural.

A conversão ecológica é uma proposta inspirada na *Laudato Si'* e convida a assumir uma postura em defesa da “casa

comum”, que incorpore a dimensão socioambiental nos trabalhos pastorais e de evangelização. Propõe uma Igreja comprometida com a vida, que combata as ameaças contra o bioma Amazônia e seus povos e que delinear os novos caminhos para uma conversão sinodal. A sinodalidade se constrói a partir de uma atitude missionária, que proponha vivenciar um espírito de comunhão, na construção coletiva de novos processos evangelizadores, pastorais e socioambientais de fazer Igreja na Amazônia. A conversão sinodal indica duas dimensões para os novos caminhos da Igreja: ministerialidade eclesial e sinodalidade eclesial.

A dimensão da ministerialidade busca responder os anseios por maior presença da Igreja nas comunidades amazônicas e periferias urbanas, incentivando a criação de novos ministérios que valorizem o protagonismo dos leigos e leigas, potencialize a presença da vida religiosa consagrada, reconheça a voz das mulheres e construa itinerários de formação inculturada.

Os novos caminhos para a sinodalidade eclesial indicam a criação de “estruturas regionais sinodais na Amazônia”, como um organismo eclesial e uma universidade amazônica. Considere-se também a criação de novos ritos para os povos indígenas, como mais uma possibilidade de inserção e inculturação da Igreja. Lembremos que a religiosidade católica amazônica reúne como marcas principais, elementos do universo indígena e do catolicismo, que se articulam nas práticas populares regionais.

As quatro dimensões para a conversão integral reúnem as principais reflexões de todo o processo sinodal e indicam caminhos possíveis para a Igreja da Amazônia. A verdadeira conversão integral implica em mudanças significativas e estruturais que se configurem em práticas, que devem ser cada vez mais pastorais, ecológicas, culturais e sinodais.

Vale ressaltar que os primeiros passos para esta conversão já estão sendo dados. Além de todo o itinerário sinodal, que por si

só já representa sinais de esperança para a Igreja e para os povos da Amazônia, os participantes do Sínodo foram além e firmaram um pacto pela casa comum, em Roma.

O pacto das catacumbas pela casa comum, celebrado pelos Padres Sinodais e demais participantes do Sínodo para a Amazônia nas catacumbas de Santa Domitila, rememora aquele firmado durante o Concílio Vaticano II. Mais do que um ato religioso e simbólico, esta celebração reforça o compromisso da Igreja em priorizar a conversão integral, responsabilidade assumida primeiramente por aqueles que participaram da assembleia geral do Sínodo dos Bispos.

Considerações finais

O Sínodo para a Amazônia entra para a história da Igreja como um marco de seu compromisso em defesa das causas socioambientais. O momento das escutas sinodais possibilitou que diferentes sujeitos pudessem colaborar com o Sínodo, inclusive pessoas de outras religiões. Além das temáticas levadas para a assembleia sinodal, em Roma, o Sínodo oportunizou que a Igreja pudesse refletir sobre sua presença e atuação na Amazônia.

O novo tempo que se inicia permite recordar toda a trajetória realizada ao longo dos últimos anos, por meio de encontros, reflexões, documentos e diversos outros momentos que demonstram a unidade da Igreja da Amazônia com a América Latina e com a Santa Sé. Os desafios históricos se fortalecem e as perspectivas encontram novos significados com o pós-Sínodo, reforçando a história e celebrando a memória de tantas pessoas que contribuíram ao longo do trajeto.

Uma das questões do material das escutas sinodais trazia a seguinte indagação: que Igreja sonhamos para a Amazônia? esta era a pergunta que mais estimulava a participação nas assembleias. Entre tantas respostas e sonhos, todos convergiam

para uma direção: ter uma Igreja mais presente em suas vidas.

Este sonho parece não estar tão distante e encontra esperanças nas falas do Papa Francisco, que tem pedido que a Igreja deixe de ser apenas de visita e se torne uma Igreja de presença. Os novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral começam a se delinear com boas perspectivas para uma verdadeira conversão integral.

Referências Bibliográficas

CELAM. *Documento Conclusivo de la V Conferencia General Del Episcopado Latinoamericano y del Caribe*. São Paulo: Paulinas, 2007.

COMISSÃO EPISCOPAL PARA A AMAZÔNIA / REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA – REPAM/BRASIL. *Documento preparatório para o Sínodo Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral*. Brasília: Edições CNBB, 2018.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

_____. *Constituição apostólica Episcopalis Communio*: sobre o Sínodo dos Bispos. Roma, 15 de setembro de 2018.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. <https://censo2010.ibge.gov.br>

INSTRUMENTUM LABORIS. *Amazônia: Novos Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral*. Documentos da Igreja 55. Brasília: Edições CNBB, 2019.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta Encíclica Ecclesia de Eucharistia*. Roma, 17 de abril de 2003.

SANTA SÉ. *Documento Final do Sínodo dos Bispos Especial para a Amazônia*. Bollettino Sala Stampa Della Santa Sede N. 0821. Roma, 26 de outubro de 2019.

“A PALAVRA DO SENHOR PERMANECE PARA SEMPRE” (1Pd 1,25)

O sentido dos passos da Leitura Orante da Bíblia

*Ms Pe. Jair Carlesso**

Resumo: À luz do projeto da *animação bíblica da vida e da pastoral na América Latina e no Caribe* e do Pilar da Palavra das *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*, o presente artigo trata do processo da Leitura Orante da Bíblia como permanente caminho a ser percorrido na vida da Igreja. Depois de uma breve introdução, que resgata a importância da Palavra de Deus na vida e missão da Igreja, sua atenção está no sentido de cada um dos passos. Através da *leitura*, o leitor ou a comunidade mergulha no texto, apropriando-se da Palavra. A *meditação* proporciona fazer com que a palavra não fique presa ao passado, mas comunique-se com o leitor, iluminando sua vida e missão. Por meio da *oração*, o leitor e/ou a comunidade colocam-se em diálogo com Deus, experimentando sua força inspiradora e transformadora. A *contemplação* culmina e sintetiza o processo, fazendo com que o leitor e/ou a comunidade comprometam-se com a Palavra de Deus, gerando transformação e vida a todas as pessoas.

Palavras-chave: Palavra de Deus. Fundamento. Leitura. Meditação. Oração. Contemplação.

“A Igreja funda-se sobre a Palavra de Deus, nasce e vive dela”. Ao longo de todos os tempos, “o Povo de Deus encontrou sempre nela a sua força, e também hoje a comunidade eclesial cresce na escuta, na celebração e no estudo da Palavra de Deus”¹. Diante disso, recorda-nos o Papa Francisco: “Toda a evangelização está fundada sobre esta

* Mestre em Teologia Dogmática com concentração em Estudos Bíblicos pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo/SP; pós-graduado em Teologia Bíblica pela UCPel; presbítero da Diocese de Erechim.

1 Papa BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini*, n.3.

Palavra escutada, meditada, vivida, celebrada e testemunhada. A Sagrada Escritura é fonte da evangelização. Por isso, é preciso formar-se continuamente na escuta da Palavra. A Igreja não evangeliza, se não se deixa continuamente evangelizar”. Conclui, então, dizendo que “é indispensável que a Palavra de Deus ‘se torne cada vez mais o coração de toda a atividade eclesial’”².

Tais afirmações inspiram-se na orientação do Concílio Vaticano II, que recuperou a Bíblia, dando-lhe centralidade na Igreja. Ela é a “fonte de toda a verdade”, o “fundamento da fé”, o “alimento da alma, fonte pura e perene da vida espiritual”. Por isso, o seu “estudo” é a “alma” da vida eclesial (DV 7, 18, 21 e 24). *A Bíblia é para a Igreja aquilo que o coração é para o corpo*. Diante disso, o Papa Bento XVI lembra que “a Palavra de Deus é a verdade salvífica da qual tem necessidade cada homem em todo o tempo”. Por isso, seu anúncio “deve ser explícito”³, pois ela *comunica* a vida e a salvação, que se dá no *encontro* com Cristo, a Palavra viva do Pai, dirigida a nós em vista da “vida plena” (Jo 10,10) e da “vida eterna” (Jo 3,16).

No contexto do projeto da *animação bíblia da vida e da pastoral* na América Latina e no Caribe, as *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023* destacam quatro pilares como base que sustentam a comunidade eclesial: a Palavra, o Pão, a Caridade e a Ação Missionária. A Palavra é apresentada como a primeira base da vida cristã. Ressalta-se, com isso, a “centralidade do querigma, o primeiro anúncio”⁴. Para isso, além de ter acesso ao texto bíblico, cada pessoa deve ser ajudada “a fazer dela fonte de estudo, oração, celebração e ação”⁵.

2 Papa FRANCISCO, *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, n.174.

3 Papa BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini*, n.95.

4 CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*, n.145.

5 CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*, n.155.

Diante disto, retomam-se os passos da Leitura Orante como caminho a ser percorrido para um verdadeiro encontro com a Palavra de Deus. A Palavra de Deus, lida, meditada, rezada e contemplada transforma aqueles que a acolhem, gerando neles a “alegria plena” (Jo 15,11). A Leitura Orante “possibilita aproximar-nos da Palavra e adentrar na mensagem escondida atrás da sua roupagem”. Ela segue “um princípio muito simples: ler e escutar, reler e repetir, até gravar o que está escrito no texto; repetir de memória o que foi gravado, até que passe pelo coração e entre no ritmo da própria vida; responder a Deus na oração e suplicar que nos ajude a viver a Palavra. O resultado é uma nova luz que nos faz ver e agir de nova forma”⁶.

1 Primeiro passo: leitura

A leitura é o primeiro passo para toda e qualquer pessoa conhecer e amar a Palavra de Deus. Inteirar-se dela, familiarizar-se com ela é o ponto de partida para a sua compreensão e vivência.

1.1 Vamos à Bíblia com a vida

Em todos os tempos, as pessoas sempre foram à Bíblia a partir da vida (pessoal, familiar, comunitária, social...). Sempre entraram nela com os problemas, as dificuldades, as alegrias e necessidades do dia a dia. Sempre foram a ela em busca de uma luz de Deus para suas vidas. Quando lida com as perguntas da vida, a Bíblia se torna instrumento da Palavra Viva de Deus que quer libertar. Portanto, não vamos neutros à Bíblia. A realidade que nos cerca é o ponto de partida da nossa leitura bíblica. Vamos à Bíblia com nossa vida. Necessitamos, com isso, ter os pés na realidade e o coração na comunidade eclesial.

⁶ Ariél Philippi MACHADO, O Catecumenato e a Palavra de Deus, In: *Estudos bíblicos*, v.35, n.138, p.216.

1.2 Vamos à Bíblia para descobrir os desígnios de Deus

Podemos ler a Bíblia com muitos objetivos. A Leitura Orante nasceu com o objetivo de ser uma *leitura orante*, ou seja, rezar e viver/testemunhar a Palavra de Deus. Por isso, ao longo da história, a Bíblia sempre foi lida pelas pessoas na intenção de *ouvir* os desígnios de Deus para suas vidas, ou seja, *atualizar* seu sentido, “descobrir suas dimensões atuais”⁷. Ao ler o texto bíblico nosso objetivo é compreender o que Deus quer de nós.

Por isso, quando hoje falamos em leitura bíblica, somos convidados a pensar nas atitudes que devemos ter ao nos aproximar e entrar na Bíblia. Destacamos cinco aspectos:

- *reverência*: a Bíblia, portadora da Palavra de Deus para nós, é um *livro sagrado* que “contém a sabedoria que nos conduz à salvação pela fé em Jesus Cristo” (2Tm 3,15-16); isso faz com que ela tenha um lugar especial, tanto em nossa casa quanto na comunidade à qual participamos;

- *fé*: a fé é “porta e fundamento de toda a Escritura”, por isso “é impossível alguém entrar para conhecê-la se antes não tiver a fé”; a fé é a “chave de acesso ao texto sagrado”; “é precisamente a fé da Igreja que reconhece na Bíblia a Palavra de Deus”; “a autêntica hermenêutica da Bíblia só pode ser feita na fé eclesial, que tem o seu paradigma no sim de Maria”⁸;

- *conhecimento*: o povo de Israel foi convidado a ouvir a Palavra do Senhor: “Ouve, ó Israel...” (Dt 6,4); da mesma forma, os discípulos de Jesus: “Este é o meu Filho Amado, ouvi-o” (Mc 9,7); ouvir significa conhecer, entender, compreender... a Palavra; “ouvir” implica em ler/estudar;

- *conversão*: a Palavra deve descer ao coração, pois este é o desígnio de Deus: “Colocarei a minha Lei em seu peito e a escreverei em seu coração!” (Jr 31,33); ou seja, a Palavra

7 J. M. SÁNCHEZ CARO, In: Antonio M. ARTOLA; J. M. SÁNCHEZ CARO, *Bíblia e Palavra de Deus*, p.233.

8 Papa BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini*, n.29.

conhecida deve transformar-se em projeto de vida (Tg 1,22); a leitura bíblica não terá valor algum se vamos a ela fechados àquilo que Deus quer nos dizer;

- *leitura em comunidade*: “A Bíblia foi escrita pelo Povo de Deus, sob a inspiração do Espírito Santo. Somente com o ‘nós’, isto é, nesta comunhão com o Povo de Deus, podemos realmente entrar no núcleo da verdade que o próprio Deus nos quer dizer”. Por isso, São Jerônimo “recorda que, sozinhos, nunca poderemos ler a Escritura”; ela “é precisamente a voz do Povo de Deus peregrino, e só na fé deste Povo é que estamos, por assim dizer, na tonalidade justa para compreender a Sagrada Escritura”⁹.

1.3 O sentido do primeiro passo: ler, conhecer, entender...

A leitura é o primeiro passo para se conhecer e amar a Palavra de Deus. Ler é o primeiro ato para nos apropriarmos da Palavra, para conhecê-la. *Ninguém ama o que não conhece!*

Para que a Bíblia se torne “*palavra nossa*” é necessário familiarizar-se com ela. E o caminho para isso é ler, ler, ler! A leitura é um trabalho muito exigente. Não pode ser feita superficialmente. Exige atenção, opção, mística. É necessário inteirar-se dela, de suas narrativas, de suas histórias, de tudo o que ela tem. Não dá para supor o texto.

Pela leitura dialogamos com a Bíblia como dialogamos com as pessoas. Sempre que nos encontramos com uma pessoa, ela nos revela algo novo. Assim é também com o texto bíblico. Os “dois corpos” exigem o máximo de atenção, respeito, amizade, entrega, silêncio, escuta. Assim, a leitura da Bíblia ajuda a criar em nós os olhos certos para ler a vida do povo e vice-versa.

“A *leitura*, assim como a convivência com o povo pobre, não pode depender do gosto do momento, mas exige da pessoa uma

9 *Ibidem*, n.30.

determinação constante e contínua. A *leitura* deve ser perseverante e diária. Exige ascese e disciplina. Não pode ser interesseira, mas desinteressada, gratuita, em vista do Reino e do bem do povo”.

“A *leitura* é ponto de partida, não é ponto de chegada”. “Para que a *meditação* não seja fruto de uma fantasia irreal, mas tenha fundamento no texto e na realidade, é necessário que a *leitura* se faça com critério e atenção”. “Estudo assíduo, feito com espírito atento”. Assim, “a *leitura* cria no leitor uma atitude crítica, criteriosa e respeitosa diante da Bíblia”¹⁰.

O Apóstolo Paulo dizia que a Bíblia foi escrita “para a nossa instrução” (1Cor 10,11), para nos “ensinar”, “corrigir”, “educar na justiça” (2Tm 3,16). Por isso, o objetivo da leitura é “furar a parede da distância entre o ontem do texto e o hoje da nossa vida, a fim de poder iniciar o diálogo com Deus na *meditação*”¹¹.

1.4 O exercício do primeiro passo

O primeiro passo nos remete a ver o que o texto diz em si. Significa ir ao texto e deixá-lo falar. Ele é portador de uma experiência de vida da qual nós não participamos. Estudar o texto significa “ouvi-lo”, pois ele tem muito a nos dizer. Para isso, se faz necessário prestar muita atenção a todas as palavras e detalhes do texto. As indicações abaixo ajudam para isso:

a) *ler* com calma e atenção o texto; ler mais de uma vez o texto (namorar o texto);

b) ver como o texto está *organizado* ou estruturado internamente (ver onde/como sua história inicia e onde/como ela termina...);

c) identificar o *gênero literário* (é a narrativa de um fato, ou é um poema, um conto...);

10 CRB, *A Leitura Orante da Bíblia*, p.21.

11 *Ibidem*, p.22.

d) perceber os *lugares* indicados no texto e localizá-los no mapa;

e) identificar os *personagens* que aparecem no texto: ver o que cada um faz ou diz;

f) perceber que *realidade* aparece no texto: que problemas ou conflitos estão por trás do texto; e que *projetos* estão em jogo;

g) analisar a *ação* de Deus/Jesus: como Deus/Jesus age no texto, em favor de quem, o que Ele pede das pessoas;

h) perceber que *mudanças, transformações* a Palavra de Deus/Jesus provocou na vida das pessoas;

i) perceber os *efeitos* da ação de Deus/Jesus: quem aceitou sua Palavra e quem a rejeitou, como ela foi colocada em prática, que ações novas desencadeou, que rumo a vida das pessoas começou a ter, etc.

2 Segundo passo: meditação

“A interpretação mais profunda da Escritura provém precisamente daqueles que se deixaram plasmar pela Palavra de Deus, através da sua *escuta, leitura e meditação* assídua”¹². “É fundamental compreender que a plenitude da Lei, bem como de todas as Escrituras divinas, é o *amor* (...). Por isso quem julga ter compreendido as Escrituras, ou pelo menos uma parte qualquer delas, mas não se empenha a construir, através da sua inteligência, este duplo amor a Deus e ao próximo, demonstra que ainda não as compreendeu”¹³.

12 Papa BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini*, n.48.

13 SANTO AGOSTINHO, apud BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini*, n.103.

2.1 O texto bíblico tem sempre um sentido atual

O primeiro passo da Leitura Orante nos ajuda a resgatar e compreender o primeiro sentido do texto bíblico. Quando o autor o escreveu, ele quis dizer uma palavra de conforto ou de esperança a seus leitores ou à comunidade à qual endereçou o texto a partir de suas necessidades.

Por sua vez, o significado de um texto estende-se para além do seu primeiro sentido. Entendemos, hoje, que a Bíblia é portadora da Palavra de Deus *para nós*. Ou seja, ela não apenas iluminou e fortaleceu a vida e a fé das pessoas no passado, às quais ela foi destinada primeiramente, quando foi escrita. Hoje, ela está em nossas mãos porque cremos que ela é portadora da Palavra de Deus, palavra de vida e de esperança para nós, também.

Em Lc 4,18-19, na Sinagoga de Nazaré, Jesus leu um texto do profeta Isaías (Is 61,1-2). Ao concluir a leitura, disse: “Hoje se cumpriu aos vossos ouvidos essa passagem da Escritura” (Lc 4,21). O exemplo de Jesus faz ver que o significado de um texto bíblico vai para além da intenção ou do sentido determinado por seu autor. Jesus assumiu como missão sua o que Isaías havia profetizado muito tempo antes. Significa dizer que o ato de compreender é um processo que culmina quando o texto bíblico é recontextualizado na vida do leitor/comunidade atual.

O sentido de um texto bíblico depende também da situação do leitor/comunidade que vai a ele e o interpreta a partir de seu contexto, de sua realidade e de suas necessidades. Por isso, o ato de compreender nunca é mera reprodução do primeiro sentido do texto, mas “produção de sentido”¹⁴ ou “desenvolvimento” de sua “reserva inesgotável de sentido”, envolvendo “a subjetividade do autor e de leitor”¹⁵. É isso o que entendemos por meditação.

14 J. Severino CROATTO, *Hermenêutica bíblica*, p.24.

15 Walmor OLIVEIRA DE AZEVEDO, O que é ler? In: *Estudos bíblicos*, n.32, p.50.

Cada leitura e interpretação de um texto bíblico significa a ampliação de sua reserva de sentido. Por isso, não existe uma compreensão fechada e única do texto bíblico, válida para todos os tempos e lugares. Nenhuma leitura esgota o sentido do texto. “O Espírito Santo, que anima a vida da Igreja, é que torna capaz de interpretar autenticamente as Escrituras”¹⁶.

2.2 A meditação do texto bíblico: refletir, dialogar, atualizar...

O primeiro passo, a *leitura*, respondeu à pergunta: “O que diz o texto?” A *meditação*, segundo passo, quer responder à pergunta: “O que o texto diz para mim/nós?” A questão principal que se coloca daqui para frente é o que Deus, através do texto bíblico, tem a dizer para nós, no contexto em que estamos vivendo?

No processo de leitura bíblica, “é preciso transcender a letra: de fato, a Palavra do próprio Deus nunca se apresenta na simples literalidade do texto. Para alcançá-la, é preciso transcender a literalidade num processo de compreensão”¹⁷. Este é o papel e o objetivo da meditação.

Tendo presente que o sentido do texto bíblico se atualiza em nossa vida, entendemos que o texto, depois de lido/estudado/meditado, possa apontar luzes e indicar práticas novas, talvez não imaginadas e nem previstas em seu contexto de origem. Por isso, a *meditação* é o processo de *atualização* do sentido do texto, trazendo-o para dentro de nossa vida e realidade, para que ele seja luz e força em nossa caminhada de fé e em nossa missão.

“Através da *leitura* descobrimos como o texto se situava no contexto daquela época, qual a posição que tomava nos conflitos, qual a mensagem que tinha para o povo. De lá para cá

16 Papa BENTO XVI, Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini*, n.29.

17 *Ibidem*, n.38.

a situação mudou, o contexto é outro, os conflitos são diferentes. No entanto, a fé nos diz que esse texto, apesar de ser de outra época e de outro contexto, tem algo a nos dizer, hoje. Nele deve existir um valor permanente que quer produzir no presente a mesma conversão ou mudança que produziu naquele tempo”¹⁸.

“A *meditação* nos ajuda a descobrir o *sentido espiritual*, isto é, o sentido que o Espírito de Deus quer comunicar hoje à sua Igreja através do texto da Bíblia”. Por isso, a *meditação* “é uma atividade pessoal e também comunitária. A partilha do que cada um sente, descobre e assume no contato com a Palavra de Deus é muito mais do que só a soma das palavras de cada um”¹⁹. A *meditação* é a atualização do sentido do texto para nos ajudar a compreender o que Deus está pedindo de nós.

Significa que o texto bíblico, conhecido no primeiro passo, agora deve descer da cabeça ao coração para tornar-se projeto de vida. O diálogo de Jesus com a samaritana a fez descobri-lo como a “fonte” de “água viva” que “jorra para a vida eterna” (Jo 4,10.14). Essa descoberta a fez optar por Jesus: “Senhor, dá-me dessa água...” (Jo 4,15). Assim, a *leitura* do texto bíblico deve ajudar as pessoas a descobrir o projeto de Jesus e a *meditação*, ajudá-las a fazer a opção por ele e segui-lo.

2.3 O exercício do segundo passo

A *meditação* é a atualização do sentido do texto em nossa vida. Meditar é deixar as palavras descenderem da cabeça (entendimento) ao coração (vivência). Conforme o relato dos discípulos de Emaús, a *meditação* do texto bíblico faz as pessoas “abrirem os olhos” (Lc 24,31) diante da realidade e faz “arder o coração” (Lc 24,32) pela causa de Jesus.

18 CRB, *A Leitura Orante da Bíblia*, p.23-24.

19 *Ibidem*, p.26.

Meditar é ver:

- a) O que Deus, por meio do texto lido/meditado, quer dizer para nós, concretamente, na situação em que vivemos?
- b) O que o texto diz para minha/nossa fé e para minha/nossa espiritualidade?
- c) O que o texto denuncia em mim/nós?
- d) Que mudanças de mentalidade ou de comportamento o texto me/nos desafia a fazer?
- e) Que iniciativas, que propostas de vida o texto me/nos apresenta?
- f) Que luzes o texto indica para a minha/nossa ação evangelizadora?
- g) O que o texto quer fazer crescer em mim/nós?
- h) Que projetos de vida o texto desafia a criar/desenvolver?
- i) Que rosto de Deus o texto me/nos revela?

3 Terceiro passo: oração

O Concílio Vaticano II diz que “toda a pregação” da Igreja “deve nutrir-se e ser conduzida pela Sagrada Escritura [...]; tão grande é a força e o poder da Palavra de Deus que ela constitui o sustento e o vigor da Igreja e é para os seus filhos fortaleza da fé, alimento da alma e fonte pura e perene da vida espiritual” (DV 21). “Alimentar-se da Palavra é o primeiro e fundamental dever da Igreja. De fato, se o anúncio do Evangelho constitui sua razão de ser e a sua missão, é indispensável que a Igreja conheça e viva aquilo que anuncia”²⁰. Na Palavra de Deus, encontramos a razão de nossa esperança e o sentido de ser cristão e de viver a vida cristã.

20 Papa BENTO XVI, **apud** CNBB, *Discípulos e servidores da Palavra de Deus na Missão da Igreja*, p.11.

3.1 Oração, diálogo/encontro com Deus

“A oração é essencialmente um diálogo”. Trata-se de “um diálogo entre Deus e o homem, através do qual o homem se dirige a Deus e entra em contato com Ele”. “Ao rezarmos, estamos diante de Alguém que sabe tudo acerca de nós”. Sendo um diálogo com Deus, este acontece “no encontro” com Ele. “No encontro, o Deus distante se aproxima de mim/nós. Ele permanece o Outro, o ‘totalmente’ Outro em relação a mim/nós e tudo o mais além de mim/nós; ele permanece Deus e eu permaneço homem”.

“O encontro é um acontecimento que transforma aqueles que se encontram”. Deus “vem ao nosso encontro por pura graça. Nós podemos encontrá-lo somente porque Ele quer nos encontrar, porque está presente e espera que também nós estejamos prontos para encontrá-Lo”. Este encontro, mediado pelo texto bíblico, ocorre sem formalidades e se dá com tudo o que faz parte da nossa vida.

A *lectio* não significa “ler para adquirir sabedoria, para obter informações. Trata-se, pelo contrário, de um encontro com Deus, que se dirige a nós através da Palavra”. “A meditação penetra no interior da palavra e acende o desejo ardente do coração por Deus. Quanto mais a meditação penetra no sentido da palavra, tanto maior se torna o desejo por ela [...]. Saboreando a palavra de Deus, entramos em contato com o nosso desejo profundo de conhecer a Deus. Na *oratio*, apresentamos a Deus o nosso desejo e lhe rogamos para satisfazê-lo sempre mais”. Assim, “a finalidade da leitura da Sagrada Escritura é o encontro com a Palavra de Deus encarnada, Jesus Cristo”²¹.

21 Amselm GRÜN, *A oração como encontro*, p.21-99.

3.2 A Sagrada Escritura, fonte de oração

“A comunidade eclesial, como *casa* que nutre seus filhos, é sustentada pela oração. Na comunidade de fé cultiva-se uma verdadeira vida de oração, enraizada na Palavra de Deus, tendo em Jesus Cristo, o orante por excelência e na Oração do Senhor o paradigma de toda a oração”²².

O Apóstolo Paulo diz que “a fé vem da pregação da Palavra de Cristo” (Rm 10,17). “O contato intensivo, vivencial e orante com a Palavra de Deus confere à reunião da comunidade um caráter de formação disciplinar. O importante é o encontro com a Palavra que muda a vida e dá sentido ao ser e agir de quem é cristão, corrigindo posturas e aderindo ao modo de ser, de pensar e de agir de Jesus Cristo. O Evangelho passa a ser o critério decisivo para o discernimento em vista da vivência cristã”²³.

A Sagrada Escritura é o grande testemunho da confiança de Israel e das primeiras comunidades cristãs em Deus, em Cristo Ressuscitado. Além de ser o Criador e o Libertador, Deus é o Pastor que caminha com o seu povo. Ele está onde o povo está, é o *Emanuel* (Is 7,14; Mt 1,23), com uma presença viva e salvadora no meio de nós. Israel compreendeu Deus sempre próximo, dialogando frente a frente (Gn 12,1s), atencioso e misericordioso (Ez 16,63; Lc 15,11-32).

Israel, desde o início de sua história, foi convidado a ouvir e confiar em Deus, a manter com Ele uma relação de escuta, pois é em Deus que ele encontra a vida: “Ouve, ó Israel...” (Dt 6,4); “Escutai-me e vinde a mim, ouvi-me e haveis de viver” (Is 55,3). Esta é também a atitude do discípulo de Jesus (Mc 9,7; Lc 10,39). Por sua vez, desta relação para com Deus decorre um compromisso de vida: “Amarás a Javé teu Deus com todo o teu

22 CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*, n.95.

23 *Ibidem*, n.92.

coração, com toda a tua alma e com toda a tua força” (Dt 6,4-5) e “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Lv 19,18). Assim como Israel foi convidado a ouvir atentamente a Deus e a estar aberto a Ele, desta mesma forma foi convidado a rezar: com todo o coração, com toda a alma e com todas as forças, ou seja, com todo o seu ser e sua existência. A oração bíblica não é, portanto, uma palavra que sai meramente da boca-para-fora, mas algo que deve brotar do fundo da existência e da vivência de cada pessoa ou comunidade.

3.3 Os Salmos, experiência de oração do povo de Israel

Os Salmos são orações nascidas a partir da vida, brotaram dos sofrimentos, das alegrias e vivências das pessoas em seu dia a dia. Eles têm por trás uma experiência concreta de vida e de fé. Neles transparece a história de Israel guiada pela fé.

O livro dos Salmos é como uma grande *casa* com muitos quartos. Cada quarto tem uma chave própria, diferente das outras. Para entrar em cada um dos quartos é preciso encontrar a chave certa. E esta é a situação vivida pela pessoa ou grupo que criou o Salmo. A experiência concreta do salmista é transmitida através do texto que chegou até nós. O texto que temos em mão faz a ponte entre a nossa experiência de vida e de fé e a experiência de vida e de fé da pessoa que viveu séculos atrás.

“A experiência de oração, no mundo judaico, é antes de tudo uma experiência comunitária, pois um judeu, mesmo quando orava só, sua oração era na condição de membro do povo de Deus [...]. Quando a oração era uma súplica individual, profundamente íntima, o Deus invocado era o Deus dos pais, o Deus da comunidade”²⁴. Desta forma, a Escritura nos desafia a resgatar o valor da vida e da oração comunitárias e a sair da

24 Paulo LOCKMANN, “Perdoa-nos as nossas dívidas”. Uma meditação sobre a oração: uma forma de luta e resistência à opressão. In: *Ribla* 5-6, p.7.

oração individualista e desligada dos problemas da comunidade e da sociedade.

Literariamente, os Salmos são poesia. Por meio da poesia é possível dizer o que não se consegue expressar de outra forma. Os Salmos são orações e é desta forma que eles devem ser entendidos. Mas são orações em forma de poesia e, como obras poéticas, é que devem ser *lidos, interpretados e rezados*.

3.4 Jesus, homem de oração

“A experiência de oração oferecida por Jesus é modelo, conteúdo e vida da oração do discípulo e da discípula. A vida de Jesus foi uma escola de oração”²⁵. Os Evangelhos mostram Jesus como um “orante judeu”. Sua vida transcorria em “clima de oração”²⁶. Em muitos momentos de sua vida e pregação, Jesus usou os Salmos e/ou fez dos Salmos sua oração.

Conforme os Evangelhos, Jesus rezava constantemente: antes da escolha dos Apóstolos (Lc 6,12); antes de ensinar o Pai Nosso (Lc 11,1); rezou por pessoas concretas (Lc 22,31-32); rezou por seus perseguidores (Lc 23,33-34); em ocasiões importantes, aludiu à necessidade da oração (Mc 9,29); tinha o costume de se retirar para orar (Mc 1,35; 6,46; 14,32; Lc 5,15-16; 6,12).

Jesus não era um “orante ingênuo” e, como Isaías (Is 1,10-15) e Amós (4,4), denunciou muitos tipos de oração: a oração mecânica (Lc 6,7-8) e indicou como deviam orar (Lc 6,9ss); denunciou a oração hipócrita (Mt 6,5) e apontou como deviam orar (Lc 6,6); condenou a oração cínica (Lc 18,11-14), a oração alienante (Mt 7,21) e a oração opressora (Mc 12,38-40)²⁷.

Para Jesus, “a oração é algo distinto de sua prática [...]”; é uma realidade na qual expressa diante de Deus o sentido de sua

25 CRB, *Seguir Jesus: os Evangelhos*, p.203-204.

26 Jon SOBRINO, *Jesus, o libertador*, p.207.

27 *Ibidem*, p.208.

própria vida em relação à construção do reino, sentido afirmado ou questionado pela história real. Por isso a oração de Jesus aparece como busca da vontade de Deus, como alegria de que seu reino chega, como aceitação de seu destino; em síntese, aparece como confiança em um Deus bom que é Pai e como disponibilidade diante de um Pai que continua sendo Deus, mistério”²⁸.

Jesus foi um homem de oração. Sua vida de oração motivou os discípulos a rezar (Lc 11,1). Além do exemplo de oração, Jesus deixou a oração por excelência, o Pai Nosso (Lc 11,2-4; Mt 6,9-13).

3.5 O que o texto me/nos faz dizer a Deus?

Através da leitura, meditação e oração da palavra de Deus, o leitor e a comunidade como um todo são convidados a entrar em *diálogo* e *comunhão* com o Senhor. Ao rezar a palavra, ela se torna a força e a luz de Deus na vida de todos. Rezar é colocar-se diante de Deus, como Maria, que disse: “Faça-se em mim segundo a tua Palavra” (Lc 1,38).

A oração, fruto da leitura e meditação da palavra, rompe com o formalismo vazio e esterilizante, pois brota da realidade da vida de cada um ou de cada comunidade. A Palavra comunica a força de Deus e nos revigora para a caminhada e missão. Desta forma, o terceiro passo nos convida a rezar a vida à luz do texto bíblico, que se tornou Palavra de Deus para nós:

a) Nas necessidades, a palavra nos leva a confiar em Deus: “Pedi e vos será dado” (Lc 11,9).

b) Em meio às alegrias, ela nos leva a agradecer a Deus: “Sede agradecidos” (Cl 3,15).

c) Diante das limitações e pecados, ela nos abre ao perdão divino: “Perdoai-vos mutuamente, como o Senhor vos perdoou” (Cl 3,13).

²⁸ *Ibidem*, p.211.

d) Nos erros e infidelidades, ela nos corrige: “*Toda Escritura é útil para ensinar, para argumentar, para corrigir, para educar na justiça*” (2Tm 3,16).

e) Nas dúvidas e dificuldades, ela nos faz acolher o sopro do Espírito de Deus e nos ajuda a discernir sua vontade: “*Recebei com mansidão a Palavra que foi plantada em vossos corações e é capaz de salvar as vossas vidas*” (Tg 1,21).

4 Quarto passo: contemplação

“A *contemplação* é o último degrau da *Lectio Divina*. É o seu ponto de chegada. Cada vez, porém, que se chega ao último degrau, este se torna patamar para um novo começo. E assim, através de um processo sempre renovado de *leitura, meditação, oração, contemplação*, vamos crescendo na compreensão do sentido e da força da Palavra de Deus”²⁹.

Cada passo da Leitura Orante requer os demais. “Sem a *meditatio*, a *lectio* ficaria ressecada e sem vida; sem a *lectio*, a *meditatio* estaria errada. A oração sem *meditatio* é temerosa e a *meditatio* sem a oração é infrutífera. Portanto, a finalidade é a *contemplatio*, enquanto superação de todos os sentidos e de todos os afazeres, enquanto o tornar-se um com Deus no profundo da alma”³⁰. Assim, os quatro passos conduzem a um encontro com a Palavra de Deus encarnada, Jesus Cristo, em vista de sua vivência (At 1,8) e de seu anúncio a todas as pessoas (Mt 28,19-20).

4.1 Sede praticantes da palavra... (Tg 1,22)

O livro do Deuteronômio destaca a importância da palavra de Deus dizendo: “ela não é uma palavra inútil para vós; ela é a vossa vida e é por essa palavra que prolongareis vossos dias...”

29 CRB, *A Leitura Orante da Bíblia*, p.29-30.

30 Amselm GRÜN, *A oração como encontro*, p.98.

(Dt 32,47). Diante de seu valor, o Deuteronômio exorta o povo de Israel a pôr em prática a palavra (Dt 4,1-6; 6,1-3). A razão fundamental da observância da palavra de Deus é a vida: “Guardareis os meus estatutos e as minhas normas: quem os cumprir encontrará neles a vida” (Lv 18,5). Este mesmo motivo encontra-se também na conclusão do Evangelho de João: “Esses [sinais] foram escritos para credes que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e, para que, crendo, tenhais a vida em seu nome” (Jo 20,31). Portanto, a própria Bíblia diz que ela foi escrita em vista da vida. Ela é portadora de uma palavra que tem por finalidade a defesa, a edificação e a promoção da vida.

A Carta de Tiago, sintetizando os ensinamentos da Escritura a respeito da palavra de Deus, diz: “Sede praticantes da palavra e não meros ouvintes, enganando-vos a vós mesmos” (Tg 1,22). Compreendendo o “ouvir” a palavra como o processo de conhecimento do texto bíblico, a Carta de Tiago faz ver que, juntamente com o conhecimento, se faz necessária a vivência da palavra. Somente o seu conhecimento pode ser um engano. Neste sentido, Jesus alertou o legista, que lhe pedira o que era necessário fazer para “herdar a vida eterna”. Diante disto, Jesus lhe pediu o que a Lei afirmava. E ele lhe respondeu resgatando o *amor a Deus* e o *amor ao próximo*. Ao que Jesus lhe disse: “Respondeste corretamente, faze isso e viverás” (Lc 10,25-28). Ou seja, o legista conhecia a Escritura, faltando-lhe a prática da palavra-mandamento do amor. Ao final da parábola do Bom Samaritano, o próprio legista concluiu que *próximo* do homem que caiu nas mãos dos assaltantes foi “aquele que usou de misericórdia para com ele”. E Jesus lhe respondeu: “vai e faze a mesma coisa!” (Lc 10,37). A palavra de Deus é uma palavra para ser vivida/testemunhada, pois sua finalidade é orientar a fé e a vida.

Este é o primeiro aspecto que a *contemplação* faz pensar: a *vivência* da palavra *lida, meditada e rezada*. Como esta palavra

pode ser colocada em prática? Que vivência, que testemunho concreto, que compromisso de vida ela desperta em nós?

4.2 Anunciar o Evangelho é uma necessidade... (1Cor 9,16)

Diz o Papa Francisco: “O bem tende sempre a comunicar-se. Toda a experiência autêntica de verdade e de beleza procura, por si mesma, a sua expansão [...]; quem deseja viver com dignidade e em plenitude, não tem outro caminho senão reconhecer o outro e buscar o seu bem”³¹. O *Documento de Aparecida* afirma que “a vida se alcança e amadurece à medida que é entregue para dar vida aos outros. Isso é, definitivamente, a missão” (DAp 360). Portanto, o anúncio da Palavra de Deus às demais pessoas é parte inerente do processo da Leitura Orante. As riquezas do Evangelho não devem ser guardadas egoisticamente, mas serem partilhadas para gerar vida a todas as pessoas.

“A missão de anunciar a Palavra de Deus é dever de todos os discípulos de Jesus Cristo, em consequência do seu batismo. Nenhuma pessoa que crê em Cristo pode sentir-se alheia a essa responsabilidade que deriva do fato de ela pertencer sacramentalmente ao Corpo de Cristo [...]. Portanto, toda a Igreja, enquanto mistério de comunhão, é missionária e cada um, no seu próprio estado de vida, é chamado a dar uma contribuição incisiva para o anúncio cristão”³².

“Naquele ‘ide’ de Jesus [Mt 28,19] estão presentes os cenários e os desafios sempre novos da missão evangelizadora da Igreja e hoje todos somos chamados a esta nova ‘saída’ missionária. Cada cristão e cada comunidade há de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede, mas todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e

31 Papa FRANCISCO, *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, n.9.

32 Papa BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini*, n.94.

ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho”³³.

4.3 O que o texto me/nos desafia a viver e anunciar?

“A *contemplação* reúne em si todo o caminho percorrido da *Lectio Divina*: até agora, você se colocou diante de Deus, leu e escutou a Palavra, estudou e descobriu o seu sentido; com ele você se comprometeu e começou a ruminá-lo para que entrasse na dinâmica da sua própria vida e passasse da cabeça ao coração; você transformou tudo isso em oração diante de Deus como projeto para a sua vida; o sal da Palavra desapareceu na sua vida e lhe deu um novo sabor; o pão da Palavra foi mastigado e lhe deu força para uma nova ação. Agora, no fim, tendo tudo isso na mente e no coração, você começa a ter um novo olhar para observar e avaliar a vida, os fatos, a história, a caminhada das comunidades, a situação do povo [...]. É o olhar de Deus sobre o mundo [...]. Este novo olhar é a *contemplação*”³⁴.

A contemplação é a atitude de quem mergulha na realidade das pessoas, nas fragilidades e complexidades da história para iluminar a vida e fortalecer a fé e a esperança do povo com a luz da Palavra de Deus. A contemplação significa não ficar indiferente diante dos problemas da vida, mas ter uma presença viva e ativa na sociedade. “A *contemplação* não só medita a mensagem, mas também a realiza; não só a ouve, mas coloca em prática. Não separa os dois aspectos: diz e faz; ensina e anima; é luz e força”³⁵.

A contemplação é olhar as pessoas, os acontecimentos, a vida à luz do texto bíblico *lido, meditado e rezado*, que nos desafia a “descer do monte”, nos remete para dentro da vida das pessoas e comunidades e nos envia a transformar o que não condiz com o Plano de Deus.

33 Papa FRANCISCO, *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, n.20.

34 CRB, *A Leitura Orante da Bíblia*, p.30.

35 *Ibidem*, p.30.

Por isso, concretamente, a contemplação remete para:

a) *o testemunho da Palavra*: viver, praticar a Palavra de Deus como caminho de santificação pessoal e de transformação da sociedade; implica no colocar-se a serviço dos mais necessitados, como Jesus fez: “Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, também vós o façais” (Jo 13,15); convida a reinserir-se na comunidade, como os discípulos de Emaús, que retornaram a Jerusalém e se colocaram a serviço do projeto do Reino de Deus (Lc 24,33);

b) *a denúncia profética*: evangelizar “é uma ação eminentemente profética, anúncio de uma Boa Nova portadora de esperança”; a profecia é “a forma mais eficaz de anunciar a Boa Nova”³⁶; como os profetas da tradição bíblica, que eram *homens de Deus* (Dt 33,1; 1Sm 9,6-10; 1Rs 17,24), inseridos na realidade do povo com uma consciência crítica, hoje, o que nos ajuda a estarmos no mundo sem compactuarmos com sua lógica excludente é a Palavra de Deus (Jo 17,15-16);

c) *o anúncio missionário da Boa Nova*: a Palavra de Deus sempre foi anunciada no intuito de criar novas relações entre as pessoas, transformando a vida; o anúncio explícito da Palavra através da ação evangelizadora nas mais diversas pastorais e na comunidade é missão do cristão; como missionário/a, cada um é convidado a ter a ternura e o cuidado do *bom samaritano* nas horas de dor e necessidades das pessoas (Lc 10,29-37), a ter a atenção e o amor do *bom pastor* na atuação comunitária (Jo 10,1-18), a ser *sal da terra e luz do mundo* em todos os momentos da vida (Mt 5,13.14).

Considerações finais

A animação bíblica da vida e da pastoral requer de nós uma profunda experiência de comunhão com a Palavra de Deus. Ninguém dá aquilo que não tem! Conhecer a palavra, através de

36 CNBB, *Evangelização e missão profética da Igreja, novos desafios*, p.22.

sua leitura e estudo, transformá-la em projeto de vida por meio de sua meditação, entrar em comunhão com Deus mediante a oração, testemunhá-la e anunciá-la apresenta-se como caminho a ser percorrido constantemente. A palavra de Deus, lida, meditada, rezada/celebrada e vivenciada transforma quem mergulha nela. Ela foi escrita em vista da vida (Lv 18,5; Jo 20,31; 1Jo 4,9). Sendo a referência fundamental para a pessoa humana, sua leitura-meditação-oração-contemplação tem em vista o sentido mais profundo da vida, que se encontra na abertura ao outro, ao necessitado, como testemunhou Jesus (Mt 25,35-36.42-43).

A Leitura Orante nos familiariza com a Sagrada Escritura, tornando-a verdadeira fonte de espiritualidade e vida cristã. O Apóstolo Paulo lembra que a Leitura Orante “comunica a sabedoria que nos conduz à salvação pela fé em Jesus Cristo” (2Tm 3,15). Por isso, recomenda: “proclama a palavra [...], exorta com toda a paciência e com a preocupação de ensinar” (2Tm 4,2). Assim, os passos da Leitura Orante interligam-se um ao outro, formando um processo que implica silêncio, escuta, diálogo, abertura ao outro mediante a ação profético-transformadora.

Referências bibliográficas

- ARTOLA, Antonio M., SÁNCHEZ CARO, José Manuel. *Bíblia e Palavra de Deus*. São Paulo: Ave Maria, 1996 (Introdução ao Estudo da Bíblia, 2).
- BENTO XVI, Papa. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini*, Brasília: Edições CNBB, 2010 (Documentos Pontifícios, 6).
- CELAM. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulus e Paulinas, 2007.
- CNBB, *Evangelização e missão profética da Igreja, novos desafios*. São Paulo: Paulinas, 2005 (Documentos da CNBB, 80).
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*. Brasília: Edições CNBB, 2019 (Documentos da CNBB, 109).

_____. *Discípulos e servidores da Palavra de Deus na Missão da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2012.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Dogmática Dei Verbum*. 13. ed., Petrópolis: Vozes, 1979.

CRB. *A Leitura Orante da Bíblia*. São Paulo: Publicações CBB e Loyola, 1990 (Coleção Tua Palavra é Vida, 1).

_____. *Seguir Jesus: os Evangelhos*. São Paulo: Publicações CRB e Loyola, 1994 (Coleção Tua Palavra é Vida, 5).

CROATTO, J. Severino. *Hermenêutica bíblica*, São Paulo: Paulinas, s.d.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium - A Alegria do Evangelho*: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus e Loyola, 2013 (Documentos Pontifícios, 17).

GRÜN, Amselm. *A oração como encontro*. 5. ed., Petrópolis: Vozes, 2005.

LOCKMANN, Paulo. “Perdoa-nos as nossas dívidas” - Uma meditação sobre a oração: uma forma de luta e resistência à opressão. In: *Ribla*, n.5-6, Petrópolis: Vozes, p.7-13, 1990.

MACHADO, Ariél Philippi. O Catecumenato e a Palavra de Deus. In: *Estudos bíblicos*, v.35, n.138, p.209-217, 2018.

OLIVEIRA DE AZEVEDO, Walmor. O que é ler? In: *Estudos bíblicos*. Petrópolis: Vozes, n.32, p.46-57, 1991.

SANTO AGOSTINHO, apud BENTO XVI, Papa. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini*, Brasília: Edições CNBB, 2010 (Documentos Pontifícios, 6).

SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador*. Petrópolis: Vozes, 1994 (Coleção Teologia da Libertação: Série II: O Deus que liberta seu povo. I. A história de Jesus de Nazaré).

